



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ATA N.º 81**

Sessão Ordinária de Setembro

1.ª reunião em 27-02-2013

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e treze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paulo Jorge Lopes Anes, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Manuel José Prior Pedreira Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Marco António Costa Gonçalves, João Carlos Martins Valente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Sesnando Alves dos Reis, Silvestre Paiva da Silva, José António Tavares Vieira, Emília Cristina Cunha Gonçalves, Ernesto Carlos Rodrigues Barros, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Paulo Alexandre Florentino Marques, Artur Paulo Madaíl Lobo, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Adélio Correia da Silva Marques, Anabela de Almeida Gonçalves, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, Ivar Jorge Alves Corceiro, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra.

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte membro:  
Paulo Jorge Teixeira de Jesus.<sup>001</sup>

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Maria da Luz Nolasco Cardoso, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Helena Maria de Oliveira Dias Libório (saiu às 24:00 horas) e José Manuel Gaspar Martins.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Raúl Ventura Martins, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Marco António Costa Gonçalves, Anabela de Almeida Saraiva, Rui Miguel Bartolomeu Maio, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, respetivamente.<sup>003</sup>

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Victor Manuel da Silva Martins, Armando Manuel Dinis Vieira, David Paiva Martins, Rui Miguel Macela Leal Vaz, e Antero Marques dos Santos, se fizeram substituir nesta reunião, por Victor Manuel Marques Oliveira, Firmino Marques Ferreira, Silvestre Paiva da Silva, Emília Cristina Cunha Gonçalves e Adélio Correia da Silva Marques.

Os sucedâneos na lista de candidatura, Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias e Nelson Ricardo esteves Peralta, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

Continuando, o Presidente da Mesa, deu nota da correspondência recebida, informando os Srs. Deputados que a mesma se encontra disponível para consulta no Gabinete de Apoio da Assembleia Municipal.

A seguir o Presidente da Mesa leu a “Ordem do Dia” constante da convocatória para esta Sessão Ordinária de junho, cujos pontos se transcrevem:

**Ponto 1. – Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal;**

**Ponto 2. – Transação por Documento Particular, no âmbito da ação judicial intentada pelo Município de Aveiro contra o Sport Clube Beira-Mar e Nível II – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, Lda. – deliberação;**

**Ponto 3. – 8.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro do Município de Aveiro – apreciação;**

**Ponto 4. – Água: bem público, direito universal e competência para a fixação de tarifas.**

Continuando, o Presidente da Mesa, colocou à apreciação e votação do plenário as atas das reuniões anteriores nos termos que se seguem: [004](#)

Ata n.º 75 – 1.ª Sessão Extraordinária de Dezembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 76 – 1.ª Sessão Extraordinária de Dezembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, zero votos contra, e uma abstenção.

Ata n.º 77 – Sessão Ordinária de Dezembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, zero votos contra, e uma abstenção.

Ata n.º 78 – Sessão 2.ª Extraordinária de Dezembro - 1.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por maioria, com trinta e dois votos a favor, zero votos contra, e uma abstenção.

Ata n.º 79 – Sessão Ordinária de Dezembro - 2.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

Ata n.º 80 – Sessão Ordinária de Dezembro- 3.ª reunião: Colocada à discussão não se verificaram intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade.

De seguida, o Presidente da Mesa nos termos regimentais deu início ao Período de Intervenção do Público.

## **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

Não se verificando a presença de nenhum munícipe que quisesse usar da palavra, o presidente da Mesa, indicou que iria iniciar o Período de Antes da Ordem do Dia.

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do artigo 30.º do Regimento:<sup>005</sup>

*“Sr. Presidente. Para uma interpelação à Mesa.*

*Boa noite a todos os presentes. O Partido Socialista apresentou no dia nove de janeiro a V. Exa. um requerimento no sentido de obter um conjunto de informações sobre o tema da compra-venda das piscinas do Beira-Mar. Falamos de um requerimento apresentado a nove de janeiro. Estamos a vinte e sete de fevereiro, passou o período legalmente instituído para que as bancadas parlamentares tenham a respectiva resposta. Eu gostava que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal nos entregasse as informações que conseguiu obter, por parte da Câmara Municipal de Aveiro e, se não, por que razão é que elas não foram entregues, já que se ultrapassaram todos os prazos previstos. E é um direito que está conferido na lei e, portanto, há-de haver uma razão qualquer. Ficamos a aguardar uma resposta. Muito obrigado.”*

Presidente da Mesa<sup>006</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>007</sup>

*“A metodologia que normalmente seguimos nos pedidos de informação que seguem da Assembleia é tentar resistir à tentação de sermos nós a dar diretamente a resposta. Procuramos sempre encaminhá-la para os serviços para que tenham todo o enquadramento, nomeadamente técnico e legal. Em relação a esse assunto foi distribuído à Divisão competente para dar essa resposta. Algum tempo depois recebi informação que diversos documentos, que eu não sei precisar, que foram solicitados não existem. Por isso esses documentos não existirão. Eu pedi para fazerem uma nova busca mais minuciosa, para haver a certeza de existirem ou não os documentos. De modo que aguardo, até porque esse assunto deverá ser discutido daqui a oito dias e enquadra-se perfeitamente nessa ordem de trabalhos. Espero que nestes dias, da parte dos serviços, e antes dessa assembleia, de hoje a oito dias, possa ter a resposta.”*

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Casimiro Simões Calafate, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Telmo Vieira Martins, João Alberto Simões Barbosa)

## **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto da *Ordem-do-Dia* os seguintes vogais:

### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Seiça Neves (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>009</sup>

*“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal. Exmos. Senhores Deputados Municipais Em fevereiro de 2013, aqui chegados, dois anos e meio após a imposição pelas troikas do pacto de agressão, PSD, PS e CDS, o país encontra-se com uma recessão acumulada de pelo menos 7,7%. Com mais 400 mil empregos destruídos e com o êxodo forçado de mais de 250 mil portugueses, na sua maioria jovens. E ainda com uma quebra no investimento de 43,5% e*

*na procura interna de 19,6%. Um rasto de destruição expresso numa taxa de desemprego sem precedentes no final de 2012 — 25,3 % de desemprego em sentido lato, correspondente a mais de um milhão e quatrocentos e trinta mil desempregados.*

*No Distrito de Aveiro os números reais do desemprego são de cerca de 46.000 desempregados, sendo que destes 4900 são do Concelho de Aveiro. Sendo que a estes números merece refletir ainda que do total de desempregados 54% são mulheres e que a percentagem de desempregados de longa duração é de cerca de 43%.*

*Situação nacional geral tanto mais grave quando se percebe que o rumo de afundamento e declínio tantas vezes aqui avisado pelo PCP se mantém. Situação tanto mais grave no nosso concelho quando se assiste ao enceramento diário de PME, aos sucessivos falhanços na instalação de novos postos de trabalho, à política oportunista e de ameaça e de exploração dos grandes grupos económicos instalados no concelho como a CACIA.*

*A desastrosa situação do País, da Região e do Concelho é inseparável da política de alinhamento e de submissão aos ditames e interesses das grandes potências europeias, dos seus grupos económicos e financeiros e ao imperialismo.*

*A exploração, a corrupção, o compadrio, o tráfico de influências, o uso dos dinheiros públicos para enriquecimento pessoal e outras componentes estruturantes do sistema capitalista, estão a conduzir à descredibilização do Estado e do regime democrático.*

*No plano internacional PCP condena a intervenção militar da França no Mali, os recentes ataques de Israel contra a Síria e denuncia o alinhamento e a submissão do Governo PSD/CDS com o militarismo imperialista.*

*A atual escalada agressiva do imperialismo visa, através da desestabilização e da ingerência, destruir os legítimos direitos democráticos e nacionais dos povos — como o direito à paz, à soberania, à independência e integridade territorial dos seus países —, e impor o seu domínio económico, político e geoestratégico, procedendo a novas partilhas coloniais do Médio Oriente e do Norte de África, com dramáticas consequências para os povos dessas regiões.*

*Contudo, a classe operária, os trabalhadores e os povos, hoje como ontem, respondem aos sucessivos ataques do capital. O PCP saúda as múltiplas lutas dos trabalhadores como as manifestações da CGTP do passado dia 16, as ações contra o aproveitamento pelo capital das alterações ao Código do Trabalho, pela defesa do emprego e do aparelho produtivo, pela elevação dos salários e a salvaguarda e melhoria dos direitos, pela defesa da manutenção dos subsídios de férias e de Natal, recusando o pagamento em duodécimos, bem como a luta das populações em defesa das freguesias e do poder local, contra a liquidação de serviços públicos e funções sociais, em defesa do direito à habitação e da água pública, e a luta de outras camadas antimonopolistas em defesa dos seus legítimos interesses.*

*O PCP neste Assembleia também se dirige e apresenta, aos trabalhadores e ao povo português, aos democratas e patriotas, os objetivos e eixos centrais da política alternativa aprovada no nosso recente XIX Congresso: a valorização do trabalho e dos trabalhadores; a defesa dos sectores produtivos e da produção nacional; a afirmação da propriedade social e do papel do Estado na economia; uma administração e serviços públicos ao serviço do País; a democratização e promoção do acesso ao desporto, à cultura e à defesa do património cultural; a defesa do meio ambiente, do ordenamento do território e a promoção de um efetivo desenvolvimento regional; a defesa do regime democrático de Abril e o cumprimento da Constituição da República; a efetiva subordinação do poder económico ao poder político; a afirmação de um Portugal livre e soberano, e de uma Europa de paz e cooperação.”*

Vogal Rui Maio (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[010](#)

*“Muito Obrigado Senhor Presidente. Queria cumprimentar todos os presentes. Nesta primeira intervenção queria colocar uma questão em relação ao PCI, que não está escrita na Comunicação Escrita, portanto penso seja passível de ser abordado agora...”*

Presidente da Mesa:

*“Senhor deputado, quando referimos que tem cabimento na Comunicação Escrita, é assuntos municipais, quer estejam escritos quer não. Não é obrigatório que esteja escrito na Comunicação Escrita do Presidente. Foi este o acordo digamos informal em sede de Comissão Permanente...”*

Vogal Rui Maio (BE):

*“Bem, então nessa caso irei fazer duas breves notas acerca de duas notícias muito recentes. Duas notícias que saíram esta semana. Uma que dá conta da nomeação de António Nogueira Leite, esse ilustre defensor de Aveiro, para administrador da EDP Renováveis.*

*Este senhor já tinha ameaçado abandonar o país se a carga fiscal aumentasse. Hoje, Nogueira Leite já pode dizer que cumpriu a promessa, ao ser nomeado administrador de uma empresa que agora pertence ao estado chinês e que tem sede em Madrid.*

*Será que os Aveirenses vão ter energia mais barata por causa nomeação? Não sabemos.*

*Este homem fez um trajetória notável. Não é qualquer pessoa que consegue inventar um alfabeto com 14 vogais, uma vice-presidência e um conselho consultivo. Do grupo Mello para a EDP Renováveis, passando pela CGD: este é o percurso de Nogueira Leite após coordenar as promessas eleitorais de Passos Coelho. Confirma-se mais uma vez a frase de Ricardo Araújo Pereira, que passo a citar: “Os comuns mortais vão para o céu, os mortos políticos vão para CEO.”*

*Finalmente, um comentário à notícia surgida ontem que dava conta da intenção de a CMA querer dar um dia de folga aos funcionários em dia de aniversário. Esta medida causa alguma surpresa, sobretudo por este executivo ser tão bom seguidor do governo PSD/CDS. É ‘um dia importante na vida de cada um’, como disse o Sr. Presidente, mas porquê só agora, ao fim de sete anos, e não logo no início do mandato? Terá sido por inspiração na iniciativa que o BE tomou o ano passado em entregar um bolo de aniversário ao Sr. Presidente e nesse dia ele não estar presente nos serviços da CMA? Para já é tudo.”*

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)[011](#)

(Entretanto deram entrada na sala os vogais Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Marco António Costa Gonçalves)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)[012](#)

Presidente da Mesa[013](#)

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)[014](#)

Vogal Francisco Picado (PS)[015](#)

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[016](#)

*“Senhor Presidente, Senhores Deputados, queria fazer uma referência ao seguinte, à questão do emprego. O fenómeno do desemprego já aqui foi focado em intervenções interiores, é um flagelo social, que também está a afetar o nosso município, o desemprego cresce de uma maneira rápida e em quantidade apreciável e as políticas que tem que ser seguidas pelo Estado e pelos municípios têm que se focalizar sobretudo nesta questão social premente. De todo o modo, eu queria considerar um aspecto que aparentemente terá passado despercebido enfim, à maioria dos aveirenses, mas que é bem o reflexo de duas questões distintas, por um lado uma política nacional falhada e por outro uma desatenção por parte da política*



*municipal. Falo da questão da possível (e pelos vistos) que irá ser concretizada transferência de parte da produção da Renault para França, o que trará seguramente mais desemprego ao município e é o reflexo de uma aposta falhada deste Governo que é uma desistência! Desistiu de apostar no veículo automóvel movido a eletricidade, desistiu de apostar nessa grande tecnologia de vanguarda que era a criação em Aveiro das baterias elétricas e em Aveiro fazia ainda mais sentido, já que a inovação deve ser um corolário da nossa política municipal e da nossa afirmação nacional. E faz-me recordar aqui também e é por isso, é uma das razões porque aqui trago este assunto, de que bem me recordo que nesta Assembleia e os Senhores Deputados corroboram esta minha afirmação, de que o Senhor Presidente veio aqui prometer milhares de empregos, não só com a questão desta parceria entre a Renault e a Nissan e o Estado Português, como um conjunto de outros investimentos nacionais e o Senhor Presidente aproveitando-se enfim, dessas sinergias da altura de criação de desenvolvimento económico no nosso município e na nossa região, de se arvorar a ser o responsável por esse acréscimo de postos de trabalho. Pois espero Senhor Presidente que hoje também faça aqui “meã culpa” e assuma as suas responsabilidades, se é que as tem, em termos este problema entre nós e termos uma parceria que poria Aveiro no mapa pelas boas razões, a trazer mais um problema, a agudizar mais um problema no nosso município.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[017](#)

*“Boa noite. Amanhã mesmo vai ser discutida na Assembleia da República, um projeto de Lei do BE, que estabelece o seguinte, amnistia pelo incumprimento de pagamento de propinas universitárias por comprovada carência económica e introduz a isenção de propinas no ano lectivo de 2013/2014 o seguinte; este projeto de lei visa garantir um direito fundamental dos cidadãos, a educação, aliás consagrado na Constituição Portuguesa que foi posto em causa pela política do PSD e do PS, que nesta e noutras matérias também fundamentais, andam sempre de braço dado. Visa por isso também por fim a uma mentira, mantida por esse duo durante os últimos quinze anos, a de que as propinas tinham como principal objetivo o reforço da qualidade do ensino e da própria acção social na educação! É mentira, um falso paradigma criado. Foi essa a justificação ainda com o Cavaco como Primeiro-ministro, para a introdução de propinas no ensino. Foi essa a assunção que nunca estaria em causa o financiamento do ensino superior público pelo Estado, mas essa justificação cai por terra, quando analisamos agora os números do financiamento do ensino superior. Entre 2005 e este ano 2013, as transferências do Orçamento de Estado para o ensino superior caíram de 72% para 53% e o financiamento privado aumentou de 20% para 29%. As propinas que representavam em 2005 12% do financiamento total, têm agora uma previsão para 2013 18% ou seja, praticamente um quinto do financiamento total do ensino superior em Portugal. Na prática é muito fácil entender a estratégia dos Governos do PS e do PSD, não esquecendo que foi Cavaco quem introduziu as propinas e Guterres por exemplo quem as fixou pela primeira vez no salário mínimo nacional. A estratégia é pôr os alunos a pagar despesas correntes do ensino superior, salários da função pública, despesa na manutenção como água e eletricidade. PS e PSD aliás têm sempre a mesma forma de gerir o país, uma forma que nos trouxe até aqui, à crise económica, ao desemprego e à pobreza. Essa forma é tão justa quanto simples e absurda, pega no dinheiro dos impostos dos trabalhadores e esbanjam-no e depois põem-se os trabalhadores a pagar uma segunda vez, tudo aquilo que é preciso educação inclusive. Marçal Grilo, Ministro da Educação entre 95 e 99 pelo Governo PS diz hoje sem vergonha, aquilo que não disse por vergonha em 97, que a introdução de propinas no ensino superior era claramente inconstitucional ou seja, o responsável máximo do PS pela introdução das propinas segundo critérios ainda hoje utilizados, admite que foi tudo um truque de mau gosto para enganar a Constituição e para enganar a própria democracia. A este PS que engana a democracia, juntou-se o PSD que retirou do ensino no ano passado*

*onze mil alunos por questões económicas e vai tirar este ano cerca de vinte mil, dados os pedidos de bolsas já indeferidos nas Universidades do Porto e Politécnico. Lembro que pelas mãos do Governo PS, a Universidade de Aveiro foi a primeira a aprovar e assumiu transformação de Universidade em Fundação pública de direito privado, dando um passo decisivo na exclusão de milhares de alunos portugueses das nossas Universidades. É por carência económica que o país está a perder esses estudantes. O Bloco apresenta amanhã mais esta proposta para resolver de facto o problema. Que propostas é que PS, PSD ou CDS têm nesta matéria? Nenhuma. Obrigado.”*

(Entretanto deu entrada na sala a Vogal Maria Celina Capão Lourenço França Alves)

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos, excelentíssima Câmara, caros colegas. Depois de tanta negatividade que eu hoje aqui ouvi, eu quero falar em alguma coisa de positivo que se fez na nossa região. Quero por exemplo referir a aprovação do aumento de cotas do bacalhau, que em muito vai favorecer toda a nossa região de Aveiro, nomeadamente a zona de, em virtude da frota pesqueira ser sediada na região de Aveiro, concelho de Aveiro e concelho de Ílhavo principalmente, foi um aumento de cota da ordem dos 10%, o que realmente veio valorizar bastante, tanto as indústrias de pesca directas como as indústrias de pesca colaterais, isto é na transformação do pescado e na qualificação e vendagem de pescado. Também quero aqui referir e portanto isso foi uma tarefa bastante bem negociada pela nossa Ministra da Agricultura e Pescas e pela nossa Associação Industrial de Pescas do Alto. Portanto foram realmente negociações destas que nós necessitamos, são destas pessoas válidas a nível governamental que se empenham a nível internacional de resolver os nossos problemas e de trazer para a nossa região situações que são em tempo de crise, muito e muito positivas para toda a nossa região. Quero ainda referir também, em dois novos contratos de construção naval, que foram feitos pela Naval Ria. Naval Ria que foi aqui discutida nesta Assembleia, que parecia que era um “bicho papão” que aí vinha e que nada se faria, o que é certo é que conseguiu contrato de dois novos navios de passageiros para o rio Douro, o que depois da encomenda totaliza cinquenta e oito milhões de euros. Cinquenta e oito milhões de euros de pessoas aqui de Aveiro, de pessoas daqui da nossa região que estão a trabalhar na NavalRia em 3 turnos, portanto que em muita coisa vão dar para toda esta região. Portanto eu acho que são situações muito positivas que devem ser assinaladas e que devem ser faladas. Também queria por último positivamente assinalar o desbloqueio de dez milhões de euros do Pólis Ria de Aveiro, verba que estava suspensa há bastante tempo, que o programa Pólis da Ria estava praticamente a chegar ao seu fim e foi disponibilizado dez milhões de euros para várias obras na ria de Aveiro e em vários concelhos da região de Aveiro, nomeadamente Aveiro, Estarreja e Ílhavo e outros concelhos ribeirinhos. São dez milhões de euros que vão trazer muita construção e muito movimento lagunar e melhoramentos tanto ambiental como para a nossa ria.*

*Pela negativa, gostava aqui de apresentar que a Câmara de Aveiro e toda a região de Aveiro deve estar cada vez mais unida para a defesa da não instalação e da resolução do problema dos pórticos nas SCUTT’s. Continua a ser uma vergonha, temos aquele pórtico junto ao Beira-mar, a possibilidade de haver mais pórticos na periferia da nossa cidade e sabendo que existe já um projeto de resolução das portagens na Assembleia da República, eu acho que todos nós devíamos e todos nós, nomeadamente a Assembleia Municipal deviam esforçarmo-nos para que esse projeto fosse resolvido e fosse apresentado e votado o mais rapidamente possível na Assembleia da República para a seguir a questão poder ser resolvida. Muito obrigado Senhor Presidente.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[019](#)

*“Boa noite a todos. Já agora pegando nas declarações do colega do CDS, diria que se calhar ficaria até oportuno ao Senhor Presidente da Assembleia enviar uma missiva a todos os deputados eleitos pelo círculo de Aveiro sobre a votação dessa revolução e sensibilizar mais uma vez sobre o problema dos pórticos.*

*Agora ganhámos um elemento de peso na luta dos pórticos, desde o momento em que o PSD decidiu implementar o pórtico que faz a ligação entre Aveiro e a Praia da Barra!*

*Depois esta coisa de falar no fim, acaba já por ficar tudo dito. Mas queria também associar-me ao João Carlos Valente porque de facto parece-me que a Proteção Civil soube funcionar bem. As coisas funcionaram relativamente bem.*

*Foi pena até que tivessem arrancado as árvores do Albói antes do temporal — se o temporal tinha vindo mais cedo já se tinha poupado algum e ao menos havia essa justificação para retirar as árvores do largo do Albói e já não passava o Senhor Presidente por essa chatice e já havia pelo menos uma justificação plausível para o feito.*

*Depois para perguntar também, ou sublinhar, o contributo que a autarquia de Aveiro deu para o tal plano da mega promoção e nunca antes vista promoção de um milhão de euros da Região de Aveiro promovida pela Comunidade Intermunicipal!? Diria que “en passant” pelo menos este dinheiro que a CIRA irá gastar é gasto, do meu ponto de vista, objectivamente com algum produto ou com algum resultado para a Região de Aveiro, ao contrário de outras verbas que a autarquia anda por aí a gastar.*

*E diria também, em relação ao plano de contingência social, que se fez aqui há uns dois anos um alarme na altura quando a crise começou a apertar em 2010 penso eu, fizemos aqui um grande debate nesta Assembleia, sobre a preparação que o município precisaria de ter para a nova realidade que aí vinha. Ora depois de todos os índices terem falhado do excelentíssimo Senhor Prof. Doutor Gaspar sobre crescimento, correção do défice, níveis de desemprego, etc., hoje vamo-nos preparar para ter a muito breve prazo uma situação de desemprego muito grave, de colapso social, como já aqui foi dito no município e acho que o município deve ter um plano de contingência para perceber qual é o impacto que isso vai ter nos munícipes e na realidade da sociedade aveirense. E portanto deixava também esta questão para saber o que é que tem sido feito a esse respeito?”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Também umas notas muito breves. Primeiro mostrar aqui realmente, por um lado o regozijo pelo facto de a ferrovia em Portugal não ter sido anulada por completo e por isso haver a intenção de que uma linha de velocidade elevada possa ligar Portugal até ao centro da Europa e mostrar aqui também alguma preocupação, não só do município Aveirense, mas penso que de todo o norte de Portugal, pelo facto de essa linha vir a ser construída na zona de Lisboa, quando a maior parte das mercadorias são mercadorias que vêm do norte de Portugal e por isso o corredor natural é sem dúvida o corredor Aveiro/ Salamanca, como está provado por vários estudos e também já aqui confirmado inclusive pelo nosso Ministro da economia, que também referiu que realmente seria esse o caminho natural e por isso parece-me que nós aveirenses, devemos também juntar a nossa voz às vozes do norte que têm defendido que esta linha se construa, mas se construa na realidade no local certo e o local certo é realmente entre Aveiro e Salamanca.*

*Também aqui uma referência quanto à intenção de outros investimentos reprodutivos para além deste e um deles a economia do mar. Há uma intenção também deste Governo e Aveiro também pode beneficiar muito, com os investimentos e com as preocupações que neste momento se revestem acerca daquilo que nós podemos usufruir pelo facto de termos uma grande costa e termos uma quantidade de mar que ainda não explorámos. É-nos referido, há*



vários números também sobre o desemprego. Esse desemprego afecta os menos qualificados! Felizmente as pessoas que têm qualificações, são aquelas que neste momento conseguem encontrar o seu emprego, aliás, conseguem as pessoas que têm neste momento qualificações conseguem poder decidir se querem continuar a trabalhar em Portugal ou se querem encontrar outras oportunidades que lhes podem dar no estrangeiro, não no sentido miserabilista como nós víamos no passado. O desemprego afecta (dizem-nos as estatísticas) mais aqueles que não são qualificados e é isso que me preocupa, ao contrário de outras pessoas que se dizem muito preocupados, não estão preocupados e não estão a distinguir aquilo que realmente deve ser a verdadeira preocupação e a verdadeira preocupação deve ser os não qualificados, porque algumas empresas que podem contratar pessoas não qualificadas e que começam a pedir qualificações que eventualmente não serão precisas para as funções que precisam e é aqui que eu acho que nós devemos ter todo o cuidado e por isso nós partidos que nos preocupamos com os cidadãos fazemos esta distinção, porque há certos serviços que não há necessidade de contratar alguém que seja letrado. Há serviços que podem perfeitamente serem feitos por pessoas sem essas qualificações e é assim que nós estamos a inserir todos numa comunidade, porque aqueles que têm essas qualificações têm mais meios para poder ter o seu emprego. Muito obrigado.”

### Da Câmara Municipal

Vereador Carlos Santos:[021](#)

“Senhoras e Senhores Deputados muito boa noite. Foi aqui levantada uma questão que tem a ver com os empresários de diversões e o problema que pode existir com a realização ou não da Feira de Março. É sabido que quem está minimamente informado sabe, que estas empresas de diversões em termos nacionais estão a ter movimentações tão fortes, tão intensas como tiveram praticamente os estivadores. E deve dizer-se que a Feira de Março é uma das primeiras Feiras a realizar-se este ano. Realiza-se portanto agora brevemente e é evidente que há um braço de ferro estabelecido entre a Associação de Empresários de diversões e o Governo. Um braço de ferro grande, que tem a ver com o IVA. Como é sabido até 2006 o sector usufruía de um IVA de 16% e era considerado uma actividade cultural, as diversões eram consideradas uma actividade cultural e agora passaram-nos para 23% e as Associações e as empresas de diversão acham que não é rentável, que não há condições! No entanto nós imediatamente tomámos algumas medidas e cremos que temos todos a mesma opinião, não fará sentido, é uma pena realizar-se uma Feira de Março sem diversões e estamos a fazer tudo para que esse problema decorra normalmente e que haja adesões de diversões e que as diversões que sempre existiram na Feira de Março continuem a existir. Tomámos internamente algumas medidas e nós admitimos que elas venham a resultar e que esse braço de ferro portanto ceda, se quebre e que tenhamos expositores na Feira de Março. Também falar aqui um pouco sobre as ocorrências de 19 de Janeiro. De facto a nossa região foi fortemente assolada, falou-se aqui numas árvores, as árvores nós levámos um procedimento a Reunião de Câmara para replantação de árvores e para correção de algumas situações, mas tão ou mais preocupante com as árvores, foram prejuízos que Clubes, que Associações, que indivíduos, que pessoas tiveram! Como é sabido as coberturas dos pavilhões desportivos foram uma série delas devassadas, há prejuízos enormes e também é sabido que nós Câmara, fizemos um levantamento junto das freguesias, para saber que prejuízos eles nos podiam informar. Temos essa informação, estávamos a ver se o Governo também tomava alguma medida em relação a isso, admitimos também que a Câmara, levámos um procedimento a Reunião de Câmara e a ideia também é ver se temos possibilidade de ajudar alguns clubes e associações. Felizmente não houve acidentes, grandes acidentes pessoais, foi bom isso e várias pessoas, várias entidades se uniram, e fizeram um trabalho excelente, não estou a falar da Protecção Civil unicamente, estou a falar nas duas corporações de Bombeiros, estou a falar em várias entidades, até algumas entidades privadas que nos ajudaram a resolver

*muitos dos problemas. Felizmente não se passou nada de grave e isso acabou por não ser mau de todo.”*

Vereador Pedro Ferreira:<sup>022</sup>

*“Muito boa noite. Essencialmente duas notas que foram aqui deixadas, a primeira tem a ver com as questões relacionadas com a campanha publicitária desenvolvida em parceria entre a região de Aveiro e o turismo centro de Portugal, este processo mais uma vez trata-se da articulação entre duas entidades, sendo que o Turismo centro de Portugal como sabem tem algumas dificuldades de financiamento próprio, a CIRA – Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro tem um grupo de acção local, que se chama grupo de acção costeira da ria de Aveiro no âmbito do Pró mar, havendo dinheiro para a promoção para cinco dos concelhos, que são aqueles que têm litoral, poderem utilizar verbas para promoção, preferimos em vez de cada um por si, desenvolver campanhas de publicidade individuais, aproveitar esses montantes e os capitais próprios do Turismo centro de Portugal, para potenciarmos essa campanha. Este processo como é óbvio não apareceu agora, é um processo que tem algum tempo, em que foram definidas algumas prioridades em termos de períodos estratégicos, nomeadamente ao nível da nossa gastronomia que era importante ser promovidos, mas também a nível de cada município eventos de carácter regional que promovessem de certa forma a ria e a vivência da ria. Este foi o processo, tentámos aqui de facto reduzir os capitais dos municípios, utilizando os capitais próprios do Turismo Centro de Portugal e utilizar o financiamento PROMAR, para potenciar este processo. Amanhã será o dia da promoção na BTL do Turismo Centro de Portugal dedicada como sabem à ria de Aveiro e portanto esperemos que de facto seja o pontapé de saída para uma campanha que já tem de facto um a agenda marcada em termos de eventos, mas que esperemos que seja muito mais do que isso, aliás este processo e esta definição de mercado foi muito uma aposta que foi definida em colaboração connosco, no facto de apostar numa proximidade em termos de mercado estratégico entre Portugal e Espanha. Parece-nos que de facto tem todas as condições para ter sucesso.*

*Também foi apontada a questão do emprego, associarmo-nos a esta lacuna que vai sendo cada vez mais, infelizmente alguma marca do Portugal dos nossos tempos, que é o desemprego jovem. Não é de hoje, vimos assistindo progressivamente a um degradar dessa situação. O município de Aveiro tem procurado trabalhar como sabem desde já há algum tempo esta temática e nós temos inclusivamente já aprovado um projeto europeu em que definimos como parceiros locais, o Centro de Emprego, a AIDA, todos os parceiros da Aveiro Empreendedor, no sentido de fazermos um trabalho de base na procura de soluções para este problema que muitos jovens afecta. Uma das notas que eu vos queria dar e que eu acho que é sintomática, daquilo que vai acontecendo e que cria alguns entraves a que de facto se combatam alguns problemas, que têm a ver com por exemplo o financiamento para as ações de formação. Nós hoje em dia temos os empresários a não comunicarem com o Centro de Emprego e portanto a ver lacunas na comunicação e nas entidades oficiais perceberem o que é que as empresas precisam em termos de formação e também a competição que existe por aquilo que são as ações de formação, o que eu acho que a nós não nunca nos passou pela cabeça existir. Depois as lacunas da própria formação atribuída pelo Centro de Emprego, mas julgo que se calhar alguns de vocês terão visto um programa que surgiu salvo erro na SIC, da quantidade de cabeleireiras que vão existindo. Ora muito bem, isso é a informação que o Centro de Emprego dá e que nós precisávamos de alterar de facto para corresponder às lacunas do mercado, em vez de estarmos a formar constantemente pessoas para o mesmo mercado.*

*Uma última nota em relação à questão da transferência da produção da Cacia, como sabem não é isso que sucedeu. Há um aumento da procura de determinadas peças que foi negociado serem em França. Em Aveiro inclusivamente há a ideia de aumentar o processo, mas noutras*

áreas e diversificando de facto o tipo de produção, sendo certo que a fábrica de Cacia trabalha muito para mercados emergentes, já neste momento não só para a Renault. Isso é muito importante, significa que é uma entidade que neste momento é das que tem custos mais baixos no próprio grupo Renault, do nosso conhecimento e isso significa que poderemos com certeza contar com mais alguns anos a nossa Renault Cacia, é querida para todos nós.”

Presidente da Câmara:[023](#)

“As palavras já aqui referidas pelo Eng.º Carlos Santos, quanto ao agradecimento à Proteção Civil, aos Serviços da Câmara, aos Bombeiros e a muitas entidades e também (na altura não referi por esquecimento) aos Senhores Presidentes das Juntas — e apanhámos alguns de mota-serra na mão a altas horas, nesse trabalho em prol dos seus cidadãos. Eles estão todos de parabéns, por todo o esforço que desenvolveram.

O Aveiro/Salamanca estamos a trabalhar naturalmente para reforçar e viabilizar esse projeto, constituímos uma equipa internamente e já numa reunião de Câmara foi apresentado um relato do trabalho que está a ser desenvolvido.

Quanto ao pórtico, folgo pelo facto de ele regressar a Aveiro, qual filho pródigo, durante muito tempo ele esteve num outro concelho!? Enquanto esteve isento era noutra concelho, quando foi para portajar passou para o concelho de Aveiro, isto é ótimo. É um filho que regressa e que saudamos com todo o carinho.

É só para dar nota de que oportunamente, na altura própria, quando aquele processo decorreu, e que aquele pórtico sempre esteve e está no concelho de Aveiro, quer estando isento, quer estando portajado, aquele pórtico é no concelho de Aveiro que está situado. E na altura foi um Secretário de Estado que numa reunião havida com o Presidente da Câmara de Aveiro assumiu esse compromisso de não portajar aquele pórtico.

Já reunimos também com o novo Secretário de Estado, não houve alteração nenhuma a esse compromisso que foi na altura assumido, pelo que pensamos não haver razão nenhuma para termos qualquer preocupação em relação a esse assunto.

Agradecer ao Eng.º Carlos Barros a referência à NavalRia, a Assembleia pode ter muito orgulho nessa decisão que tomou pelos resultados que se estão a verificar.

Por último uma nota apenas em relação à questão da dispensa aos funcionários, dizer-vos que é consensual a ideia de que uma organização, uma instituição tem como sua maior riqueza os seus funcionários e os seus funcionários têm que estar motivados, se estiverem desmotivados naturalmente não têm importância nenhuma. E a motivação e o entusiasmo dos funcionários não se consegue com baixas no vencimento, com cortes de regalias e direitos, isso não ajuda em nada a organização. Ainda agora só para dar nota no município, no curto espaço de um ano, ano e meio, por imposição legal passámos de trinta e sete dirigentes para dezassete dirigentes e naturalmente que isto não empresta nenhum entusiasmo, e nenhuma dinâmica e é preciso encontrar formas de ultrapassar e de encontrar essa mesma motivação. E um dos maiores problemas que tem o funcionalismo público é exactamente isso, é não haver forma de podermos compensar os funcionários que se dedicam e que trabalham. Ainda ontem (penso) que ouvi o Senhor Presidente da República e todos ouvimos, numa recepção que teve (penso) que com jovens empresários, afirmar e muito bem, que uma organização que não valoriza e que não distingue o mérito de quem trabalha é uma organização condenada ao fracasso. Da nossa parte temos recebido dos técnicos e dos funcionários durante este período a maior atenção, há funcionários que entram às nove e saem às nove e naturalmente mereciam alguma atenção.

Portanto agora dar nota do que aconteceu, sujeito a todas as interpretações que cada um livremente lhe pode dar, essa decisão foi tomada pelo respeito aos funcionários, pelo reconhecimento ao trabalho que têm desenvolvido e à dedicação que têm prestado à organização que servem e também para os procurar envolver e motivar ainda mais em relação às tarefas e aos trabalhos que têm pela frente. Obrigado.”

## **PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**

(O texto da [Comunicação Escrita](#) do Presidente da Câmara Municipal<sup>024</sup> foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta ata, em anexo).

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

O Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação da Comunicação Escrita.

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>025</sup>

*“Pedir para ser justificada a ausência hoje da Senhora Vereadora Dr.ª Teresa Christo que por motivos ponderosos não pode estar.*

*Em relação a estes dois meses e o que está aqui em causa nesta apreciação são os meses de Dezembro de 2012 e de Janeiro de 2013, há uma referência breve a algumas obras. Na N230/1 estamos a ver se finalmente se conclui. Faltam as marcações horizontais e falta a última camada numa parte. A Avenida das Agrads é para ser retomada no próximo mês. As obras de ligação à A25, já incluem também a ligação das Agrads à Força Aérea com a construção da rotunda no final da Avenida da Força Aérea, conforme está previsto.*

*A nova via de acesso à Unidade de Tratamento Mecânico ou Biológico. Construída que está já a primeira fase na zona de Requeixo, está a avançar agora na zona da Nossa Senhora de Fátima, já está construída aquela rotunda e se não fosse o mau tempo que tem estado e as chuvas ela já estaria num estado muito mais adiantado.*

*Em relação ao CIMIA, continuamos a tentar ultrapassar as dificuldades que temos tido com o empreiteiro para ver se a obra se conclui.*

*Quanto às Escolas. Os Centros Educativos de Santiago e da Glória mantêm o seu percurso normal em termos de construção. A Escola da Vera Cruz tem o processo todo concluído, falta o visto do Tribunal de Contas para poder arrancar.*

*No âmbito do Parque da Sustentabilidade. O largo do Albói e o largo José Rabumba, estão também conforme é visível as obras estão a decorrer e estão a ficar muito bonitas. A Rua das Pombas e o Parque dos Amores também. A Casa da Comunidade Sustentável, já tem inclusive o dia marcado para o início do seu funcionamento. O Centro de Educação Ambiental, e a requalificação do Parque Infante Dom Pedro também está a decorrer. A Casa do Chá já está concluída. A Capela e a Igreja de Santo António e São Francisco têm as obras já muito adiantadas. A visita que fizemos esta semana ao local, é previsível que dentro de dois, três, meses estas obras notabilíssimas e decisivas estejam concluídas. A Baixa de Santo António também com as instalações para o Clube de Ténis de Aveiro, são processos que estão a decorrer.*

*Quanto às pavimentações. Na passada segunda-feira arrancou a primeira empreitada das pavimentações. Nesta primeira fase está prevista para a semana, será feita uma segunda adjudicação de uma outra empreitada. No dia 1, que é sexta-feira, termina o prazo da entrega de propostas para uma outra e no dia 4 também, para uma outra empreitada. Isto além das empreitadas que irão decorrer por delegação de competências e por iniciativa das próprias Juntas.*

*Três notas breves. A aprovação de novos projetos apoiados pelo QREN — eles estão referenciados na Comunicação. Uma nota também para um projeto que finalmente obteve a aprovação das Estradas de Portugal, andávamos também já há muito tempo a lutar por ele,*



*que se prende com a criação na variante 235/335 de um acesso e de uma saída e de uma entrada em mão para acesso às Quintãs e à Costa do Valado. Esperemos também que esta obra possa arrancar em breve.*

*Porto de abrigo de São Jacinto. Será publicado ainda esta semana ou para a próxima no Jornal da União Europeia, o concurso internacional para a sua realização. A marginal de São Jacinto, penso que é no dia 4 que termina a entrega das propostas para a sua construção.*

*Uma palavra de muita gratidão à ação social, à cultura, ao desporto, à juventude, a todos os sectores do município, que têm feito, e que têm sido excepcionais, em termos de postura e de dinâmica e das iniciativas que desenvolvem.*

*Uma referência também para o Plano de Urbanização do PDA. Como sabem ele foi (finalmente) a reunião de câmara e já foi remetido para as entidades, para a CCDRC, para a recolha do parecer pelas diferentes entidades. Esperemos que a curto prazo ele possa depois de completar todo esse circuito burocrático, vir aqui a esta Assembleia Municipal para análise e para votação.*

*Também para os trabalhos, no âmbito do Plano de Pormenor de Cacia. Do projeto de investimento que está previsto para a Portucel, esperemos também em breve, já com os pareceres das entidades, que esse Plano de Pormenor venha aqui à Assembleia Municipal para ser também votado.*

*Referir ainda três notas também: a continuidade da excelente dinâmica que o “Aveiro Empreendedor” tem tido e pelos resultados obtidos e pelo envolvimento de inúmeras entidades e instituições neste projeto que lhe confere ainda mais riqueza. Uma referência também para a inclusão de Aveiro nos lugares cimeiros no índice das cidades inteligentes. Como sabem temos participação pública, na qualidade dos serviços públicos, na transparência e na gestão e na qualidade das políticas urbanas Aveiro ficou nos cinco primeiros lugares no conjunto de cidades que foram estudadas.*

*E uma nota também, por último, para a inauguração no dia 18 de Janeiro do Centro Comunitário da Vera Cruz. Depois de, no espaço de três, quatro, anos terem entrado em funcionamento uma nova creche do Centro Social e Paroquial da Vera Cruz, uma nova creche no Centro Social e Paroquial de Santo André de Esgueira, uma creche, e centro de dia no Centro Social Santa Eulália de Eirol, um novo centro de dia e SAD da Associação de Melhoramentos de Eixo. Um lar, centro de dia e SAD no Centro Social de Santa Joana. Uma nova creche no Centro Paroquial de Nariz. Depois de entrar em funcionamento as Florinhas do Vouga, que estiveram paradas lá cerca de vinte anos com as paredes ao alto, estão agora a funcionar. Depois de entrar em funcionamento um novo lar/creche/centro de dia na Fundação da Casa do Pessoal da Segurança Social de Aradas. Uma nova creche/lar/ e centro de dia da ASAS em Santa Joana, cuja inauguração está também para muito breve para entrar em funcionamento. O lar da casa Sol Nascente em Requeixo, também está para ser inaugurado agora dentro de poucos dias também. Do lado da Paróquia de Aradas, tivemos nesta sequência um novo lar/centro de dia/ no Centro Comunitário da Vera Cruz.*

*Quantas destas obras foram feitas pela Câmara? Zero. Não fez obra! Nenhuma destas obras foi feita pela Câmara. O que é que fez a Câmara? Apoiou, dinamizou, entusiasmou, colaborou, apoiou na elaboração dos projetos, que é sempre um momento difícil para as Associações, apoiou as candidaturas, cedeu terrenos em alguns casos e também nalguns casos prestou apoio financeiro.*

*Quando entrar em funcionamento a obra de Requeixo, finalmente o nosso concelho será mais solidário e todas as 14 freguesias passam a ter equipamento social ao dispor da sua comunidade.*

*Por último a situação financeira. Com este conjunto de obras seria expectável que as dívidas tivessem a aumentar, mas como resulta claro na Comunicação, o município continua naquele caminho já felizmente há muito tempo, e nestes dois meses houve mais uma redução*



*significativa nas dívidas. Foram reduzidas em nove milhões de euros. O que significa que em dois anos foi uma redução de mais de trinta milhões de euros, que se reduziu na dívida do município. Estes são os factos, são os números. As coisas são feitas durante o mandato todo, com uma linha condutora, com coerência, com lógica, com suporte, com rigor, e na altura ajustada e na altura própria. Não são feitas, para serem inauguradas no último dia da campanha eleitoral às 22 horas para colocar uma tarja. Muito Obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do artigo 30.º do Regimento:<sup>026</sup>

*“Há um assunto que é naturalmente um assunto e pegando na interpretação que fazemos sobre o que é que cabe no Ponto da ordem de trabalhos, que são os assuntos que vêm na Comunicação do Senhor Presidente, ou que não vêm, mas que pela sua atualidade e importância são importantes discutir.*

*E a metodologia desta Assembleia Municipal muitas vezes prejudica o debate e o esclarecimento e, às tantas, potencia até o debate na parte que ele é menos interessante, nomeadamente para os cidadãos, mas não é suficientemente informativo.*

*E portanto a minha interpelação é no sentido do Senhor Presidente da Assembleia solicitar e pedir ao Senhor Presidente da Câmara que aborde nesta fase o processo da Rodimo e que o explique já. Porque vai ser obviamente um assunto desta Comunicação. Para que não haja redundâncias, perguntas que já têm uma resposta e portanto toda a gente fica informado e que a partir daqui o debate se faça com aquilo que é importante fazer, que as questões se coloquem quando são importantes e que se poupe e abrevie uma série de questões que podem ser especulações, que cada uma das bancadas tem. Pedia ao Senhor Presidente que fizesse esse apelo ao Senhor Presidente da Câmara. Muito obrigado.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 30.º do Regimento:<sup>027</sup>

*“Um ponto de ordem à Mesa. Também temos um requerimento para apresentar à Mesa. Venho por este meio requerer à excelentíssima Mesa da Assembleia Municipal de Aveiro, que faça chegar ao executivo o pedido desta bancada, para que o contrato entre o município de Aveiro e a Rodimo seja distribuído pelos deputados. Contrato e os anexos e as cláusulas indemnizatórias.”*

Presidente da Mesa<sup>028</sup>

### Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:<sup>029</sup>

*“Assim um pouco mais de improviso, isto pode não ter o rigor informativo desejável, mas para dar uma ideia deste processo da Rodimo, pelo menos aquilo que tenho de cabeça.*

*Penso que em 1999, o município de Aveiro, com a expectativa que então se criou de poder alienar ou rentabilizar os terrenos do antigo Estádio do Beira-Mar e dos Armazéns Gerais, terá sentido a necessidade de arranjar, de albergar, de criar um espaço, para instalação dos Armazéns Gerais que na altura funcionavam ali na zona próxima do Hospital. E terá desenvolvido negociações e terá acordado, com um privado, a compra do espaço que está agora a ser ocupado acolá em Esgueira.*

*Essa aquisição ou esse negócio, com alguma falha que possa existir, mas penso que foi de trezentos mil contos (e penso que na altura falo em contos porque penso que foi um negócio feito na base de contos ainda) e esses trezentos mil contos, foram assumidos pelo município que seriam pagos cento e cinco mil em dinheiro e cento e noventa e cinco mil através da dação de um terreno, que teria aqui algumas condicionantes. Uma delas, esse terreno teria que ficar localizado em determinado espaço geográfico que estava delimitado numa planta junto ao acordo que foi celebrado, e que no essencial tinha o ‘centro’ na cidade de Aveiro e*

*criava aqui assim depois uma circunferência, um círculo aqui assim, aquilo tem que ser por aqui, nesta zona aqui, essa era uma das condições.*

*Outra exigência era que o terreno permitisse a construção de vinte mil metros quadrados. Nós não temos bem a noção do que são vinte mil metros quadrados de construção, mas será qualquer coisa próxima, como toda esta frente de construção que vai daqui até ao Avenida. Toda esta frente — a construção na Avenida não tem vinte mil metros quadrados de construção. Portanto para termos um pouco, são cerca de cento e setenta, cento e oitenta apartamentos. O terreno teria que no fundo permitir construção com outra condição. O terreno teria que estar devidamente infraestruturado. Portanto tinha que estar com todas as infraestruturas no próprio terreno e ainda com outra condição (se não me esquecer de mais nenhuma) que não poderia custar ao município esse terreno mais do que cento e noventa mil contos.*

*Estas foram as condições acordadas, aprovadas, assinadas. E havia uma outra questão que era importante que é (penso que era trinta meses depois) dois anos e meio depois da assinatura deste protocolo, deste documento, deste contrato, se a Câmara não entregasse o terreno, se não cumprisse o que estava acordado, passava a ter que indemnizar a outra parte no valor que penso que na altura era de dezassete mil e quinhentos euros.*

*Valor esse que era naturalmente atualizado em função dos índices de inflação que se viessem a registar e que no presente, nesta data, já se situa nos cerca de vinte e um mil euros por mês, que o município tem vindo a despende.*

*Na altura, passados os dois anos e meio, já estamos a falar desde 1999, passados dois anos e meio desde essa assinatura, naturalmente que a outra parte começa a exigir ao município o pagamento dessa indemnização que estava lá definida.*

*Tanto quanto sabemos, o município entendeu que não devia nada, não tinha nada a dever, não tinha nada que pagar, o que levou a outra parte a ir para Tribunal com o município. E o Tribunal levou a condenar o município ao pagamento desse valor mensal e à entrega do terreno como é evidente.*

*E a partir daí, quando nós já chegámos em 2005 à Câmara, já havia decisão tomada pelo Tribunal de que teríamos que pagar todos os meses aquele valor e de que teríamos que entregar o terreno.*

*Iniciámos o processo de negociação com a empresa só que (eu não sei se é negociação) a fragilidade da posição que temos quando nos sentamos com a outra parte num processo destes em que estamos condenados pelo Tribunal ao pagamento, em que há uma condição definida no contrato que o terreno que nós entreguemos não pode custar mais do que cento e noventa mil contos, o de que não há terreno nenhum com essa dimensão, com essa capacidade construtiva, não há terreno nenhum em lado nenhum, que se compre por esse valor para construir vinte mil metros quadrados de construção, e ainda a outra parte sentia-se extremamente segura, nós tínhamos que pagar. Quando não pagávamos ao dia, quando atrasávamos dois dias ou três no pagamento, vinha a notazinha lá com os dois dias de juros de atraso no pagamento que houve — e fomos procurar encontrar a solução. Não havia, este é o nosso entendimento, naturalmente!*

*Nunca encontrámos na outra parte grande vontade em resolver o assunto por razões que são entendíveis, que são perceptíveis, a vontade não era muita, fomos fazendo todo o tipo de ofertas, inclusive chegámos a marcar a realização da escritura e chegámos a pôr os cento e noventa e cinco mil contos de parte e marcámos a escritura para eles virem fazer a escritura, para lhes pagar os cento e noventa e cinco mil contos, assim em cash “tomem lá cento e noventa e cinco mil contos”. Não apareceram na escritura e pronto, manifestamente percebe-se e entende-se, colocando-nos no lugar dessa parte, o objetivo era continuarem recebendo aquele valor mensal. Até porque mais tarde ou mais cedo o terreno tinha que ir, se não fosse de uma forma tinha que ir de outra, enfim.*

*Em último recurso, como último recurso, porque há uma vontade muito grande da nossa parte em que este processo esteja arrumado, fosse resolvido, em último recurso, chegámos a oferecer a fábrica da Pinheira. Porque em termos de localização respeitava, estava dentro daquele círculo, chegámos a oferecer a fábrica da Pinheira, decorreu muito tempo a negociar a fábrica da Pinheira. A fábrica da Pinheira para ter (mesmo com aquela dimensão que tem), para ter os vinte mil metros quadrados de construção tinha que se construir uma estrada pelo meio da fábrica para se conseguir os tais vinte mil metros quadrados, o que levava a custos da ordem dos (em termos dessas infraestruturas, porque a estrada tem que estar infraestruturada), qualquer coisa como trezentos mil euros de custo. Mesmo assim o processo foi-se arrastando, chegámos a ter tudo apalavrado em termos de palavra para que o negócio se fechasse, ficou marcada uma reunião oito dias depois para verter tudo para o papel, ficar tudo muito claro, depois a outra parte não apareceu. Pronto e houve esta situação, este imbróglio que se foi criando.*

*Como sabem também no âmbito do processo da Ersuc, manifestámos sempre gosto e vontade junto da Ersuc em que no dia em que viessem a deixar as instalações aqui neste espaço e passassem para as novas instalações, manifestamos sempre esse gosto e essa vontade, de que essas infraestruturas fossem cedidas ao município para que o município pudesse enfim utilizar da forma que entendesse por mais conveniente.*

*O processo decorreu bem, penso que há cerca de dois meses ou três já foi aprovado em reunião de Câmara um protocolo com a Ersuc em que prevê essa cedência desse espaço ao município e a partir daí pareceu-nos que foram criadas, estavam criadas, as condições para resolver o assunto.*

*E a resolução do assunto era a denúncia unilateral desse protocolo. Porque manifestamente no município de Aveiro, com aquele enquadramento, com aquela situação, nunca mais se vai resolver aquele assunto e vai arrastar eternamente o pagamento de um valor que aparentemente pequeno (falando de vinte e um mil euros), aparentemente pequeno, chega-se ao fim do ano já é um quarto de milhão que saiu. E chega-se ao fim de dez anos ou onze anos que já passaram e já começamos a chegar aos três milhões só para indemnização, sem mais nada do que isso.*

*Pronto, penso que foi este o relato, não sei se falhou aqui alguma coisa, se há algum pormenor que não esteja muito rigoroso, mas isto é aquilo que sei do processo.*

*Acreditamos, e muito embora isto tenha agora encargos para nós, porque tem, porque naturalmente há alguns ajustes no espaço existente, há umas adaptações que têm que ser feitas da nossa parte, há todos os custos associados ao transporte daquele mundo que são os DSU para um outro espaço, haverá aqui também durante algum tempo os serviços do DSU vão ficar afectos a esta mudança para resolver isto. Mas a ideia é que depois destes doze, treze anos a pagar esta indemnização finalmente a partir de 1 de Maio os Serviços, os DSU, possam estar no seu novo espaço e o município finalmente se veja livre deste pagamento, desta mensalidade. E deixem-me dizer: — sempre que todos os meses saía o cheque era quase como arrancar um dente sair este dinheiro do município. Muito obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Filipe Guerra (PCP)<sup>030</sup>

Vogal Rui Maio (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>031</sup>

*Muito Obrigado Senhor Presidente. Vou começar pelo Parque da Ciência e Inovação. Soube-se que os proprietários dos terrenos estão receber as cartas de expropriação. Esta decisão parece ser mais um absurdo num processo altamente questionável. Ora, absurdo porquê? Porque recentemente, numa resposta ao deputado da Assembleia da República Pedro Filipe Soares, o Ministério da Economia garantia que não havia um único projeto do Parque da Ciência e Inovação (PCI) aprovado e que nem sequer tinha analisado qualquer candidatura*

*associada aos projetos individuais integrantes do “Parque de Ciência e Inovação”.  
O que decorria do facto de os procedimentos concursais ainda não estarem concluídos. Então e agora, já terminaram esses concursos? Continuamos sem saber.*

*Para além disso, na mesma resposta, confirmava o Ministro da Economia o estado embrionário do projeto, faltando a verificação da análise técnico-financeira, como é o caso das questões dos terrenos, da garantia da contrapartida nacional ou da viabilidade financeira do projeto em causa.*

*E é por estas razões que a autorização de expropriações de terrenos e habitações sem quaisquer garantias da execução do projeto PCI é de uma enorme gravidade.*

*Mais, é incompreensível o despacho de expropriar os terrenos visto que ainda não há projetos, nem nada aprovado — mas avança-se com expropriações com "urgência".  
Pergunto: qual é a pressa?*

*Para além da destruição de terrenos agrícolas altamente produtivos, que se encontram em plena exploração, é do conhecimento público a existência de diversos parques industriais ao abandono ou subaproveitados nas redondezas. Ora, porquê construir algo novo, destruindo o bom que existe, e não aproveitar aquilo que não está a ser devidamente utilizado e potenciado?*

*Porquê destruir o que se tem assegurado, que é a exploração plena de terras que são extremamente produtivas, pelo que é incerto, que é a construção de um parque? E já agora, porquê um campo de golfe?*

*E sobre este tema termino: compare-se apenas a área do PCI com a área da UA e com a área de alguns "PCIs" de ponta por esse mundo fora. A conclusão a que se chega é que a área do PCI de Aveiro é completamente desajustada às necessidades.*

*Sobre a TEMA, que tem nesta comunicação uma descrição exaustiva da atividade que levou a cabo. Ficámos a saber que a Aveiro Expo assumiu a programação do Teatro Aveirense para 2013 e, com o processo de fusão das duas empresas, também as dívidas da primeira serão assumidas pela segunda!?*

*Ficámos também a saber que a Vereadora Maria da Luz não se sente desautorizada com isto!? Deixem-me dizer-vos Srs. deputados, que a bancada do BE sente-se desautorizada, uma vez que nesta decisão de assunção das dívidas esta AM não foi tida nem achada.*

*E por isto, deixo aqui estas perguntas: por que razão é que esta AM não foi consultada relativamente a esta assunção de dívida?*

*Esta decisão significa que o Sr. Presidente é candidato a candidato?*

*Como pretende este executivo fazer a demonstração de viabilidade económico-financeira e estudo da racionalidade económica da futura entidade empresarial municipal?*

*Provavelmente será mais um daqueles estudos que vai demonstrar aquilo que já todos sabemos: a TEMA dá prejuízo (apesar do aumento de receitas que tem tido nos últimos três anos) a Aveiro Expo dá lucro e cobrirá os prejuízos da TEMA. Muito obrigado, isso já sabíamos. Outra das afirmações da Vereadora Maria da Luz, foi que a fusão era o mais positivo do ponto de vista social, porque podiam manter-se as equipas, evitando um despedimento coletivo.*

*E despedimentos individuais haverá ou pode garantir que nenhum dos funcionários da TEMA será despedido? A avaliar pela Moveaveiro não sei se poderemos ter esta certeza.*

*Com esta decisão a autarquia está a precipitar os passos políticos. Para o BE, o mais importante na política cultural municipal é criar dinâmicas em Aveiro. É bom contratar artistas famosos, mas não há uma política de base em termos culturais.*

*Noutro ponto o Sr. Presidente falou na conclusão das obras da Avenida das Agradas, mas apenas na rotunda junto à Força Aérea. Então e a ligação à A25 continua a ir dar ao pântano?*

*Em relação às pavimentações ficámos a saber que arrancou a primeira empreitada. O mesmo é dizer que “o resto é já a seguir”? Vamos ter de esperar.*

*Aliás, esta situação quase dava um argumento para um filme de suspense: passaram dois meses do ano de 2013. O pesadelo dos aveirenses continua nas estradas do concelho. O tempo está a contar. Será que o executivo consegue deixar as estradas de Aveiro em condições mínimas de circulação nos próximos 8 ou 9 meses?*

*Sobre o processo dos Armazéns Gerais. Vemos aqui mais uma vez repetida uma velha história: o executivo atual do PSD/CDS gaba-se de ter estancado a multa de 20 mil euros/mês (desde 1999), atacando o negócio feito do executivo anterior, do PS.*

*Através das redes sociais o anterior edil (do PS) ataca o atual executivo (do PSD/CDS) por ter demorado sete anos a desfazer este negócio.*

*Ora, o executivo anterior do PS teve seis anos para o desfazer. Isto mostra bem a linha de atuação do PS/PSD/CDS em Aveiro. E esta linha é simples:*

*Introdução – PS/PSD/CDS atacam-se mutuamente apesar de terem feito o mesmo erro;*

*Desenvolvimento – ninguém é responsabilizado por esse erro;*

*Conclusão – é Aveiro e os aveirenses que saem prejudicados e pagam a fatura.*

*Resta-me acrescentar para terminar, que apesar disto, Aveiro e os aveirenses não estão condenados a este pingue-pongue eterno entre os escombros deixados por PS/PSD/CDS. Felizmente ainda há esperança e alternativa em Aveiro e o BE assume-se como tal. Muito obrigado.”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>032</sup>

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>033</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu vou aqui falar em diversas situações que acho que são oportunas, não vou falar no passado, porque a nós interessa-nos é o presente e o futuro e lembrar o passado muitas vezes com saudade! Fez-se o que se fez, faz o que se faz, muitas vezes não se faz mais porque não se pode. Eu começava por falar numa atitude da moral no sentimento pelas nossas raízes e passados, aliás, ouço muitas vezes o Senhor Presidente da Câmara quando faz os seus discursos, fala constantemente no nosso passado, que devemos ter gosto no nosso passado e é uma verdade. E aquilo que me custa mais é que vejo muitas vezes a Senhora Vereadora da Arte e da Cultura a fazer grandes intervenções, muitas vezes para justificar nada e o errado. E não percebemos porque até hoje ainda não falou sobre a aberração, a vergonha, o sem sentimento da colocação das pirâmides no canal, eu nem quero dizer onde é que elas foram colocadas. Foram colocadas de uma maneira errada, ao contrário, sem visibilidade e que já deviam ter tido uma atitude de perguntar, já que não sabem, que perguntem a quem sabe, a maneira como elas deviam ser colocadas e até fazer ali um arranjo na muralha. E neste momento, não há desculpa possível para qualquer coisa que se possa dizer. Tenham vergonha da maneira como colocaram aquilo!*

*Começava também por chamar a atenção, porque na participação do Senhor Presidente da Câmara vem uma “o começo de preparativo para o concurso do Orçamento Participativo do parque geriátrico no Canal de São Roque”. Toda a gente sabe que já existe lá um parque desses, foi colocado pela Junta de Freguesia, portanto era altura de não se perder tempo, porque tempo é dinheiro, em fazer um concurso destes, para uma coisa que não se vai fazer porque já lá está! Pode é pegar nisso. Nesse dinheiro e fazer-se noutro lado. Isto é uma chamada de atenção. Queria chamar a atenção, aqui há bem pouco, falámos aqui sobre a velocidade no centro da cidade. E eu na altura disse e disse com razão de ser, que devíamos pugnar e fazer um projeto e uma deliberação para que dentro da cidade, não se andasse a mais de 25/30 quilómetros horários. Eu posso-lhes dizer, esta semana assisti que na Rua do Gravito passaram carros a mais de 60 quilómetros horários. Também lhes quero dizer que 60% dos atropelamentos em Portugal foram em passadeiras. Ainda agora veio uma notícia de uma Senhora que foi atropelada numa passadeira e morreu no hospital. E acho que nós, estas coisas podem ser feitas de um momento para o outro, é só deliberarem e começar a*



*fazer-se isto, porque no fundo é uma atitude de segurança, de segurança para as pessoas e bens. Por falar em segurança eu chamava a atenção, que era importante, muito importante que fosse chamada a atenção da Polícia de Segurança Pública, pelo que se passa diariamente e todas as tardes no largo da biblioteca pública. Aliás ainda no último sábado, o Senhor Presidente da Câmara estava numa inauguração e toda a gente foi incomodada por essas pessoas que passam lá a vida! Aquilo já é inconcebível, que as pessoas até já têm medo de passar naquela zona, porque ainda não vai há muito tempo, ainda não vai há um mês que um dos indivíduos pegou numa tira de um banco e deu com ela nas costas do outro! Mas isto ainda é o menos do que se passa lá, as pessoas já têm medo de lá passar e isto é uma atitude de segurança e que a Polícia de Segurança Pública tem responsabilidade nisso, não pode dizer que não tem, que não vai, que não quer, tem é que passar por lá constantemente, se for preciso em vez de estar lá algum tempo, pelo menos a meter medo.*

*Outra situação que eu e por último era falar na Região de Turismo, apostou forte desta vez na promoção da nossa zona e na promoção da ria. Ora, eu chamava aqui, portanto sugeria aqui ao Senhor Vereador, ao Senhor Presidente da Câmara já não é a primeira vez, que era importante que nós membros da Assembleia, a Câmara, fôssemos convidados para ir fazer a visita à FIL, porque já não é a primeira vez que se faz isto, ficávamos a saber para depois poder contar como foi, porque o que é que foi? Neste momento estamos em Aveiro, Aveiro é uma das maiores cidades do país, é uma capital de distrito e a apresentação pela primeira vez, a apresentação da BTL foi apresentada na Câmara de Ílhavo, a Sede da CIRA até é em Aveiro, foi em Ílhavo porquê? Por aquilo que nós sabemos, a coisa que Ílhavo ainda tem bom é a estrada que dá para Aveiro! Portanto quer dizer, acho que Senhor Vereador o sábado era um dia bom para nós irmos ver, era bom, ficávamos todos a conhecer, sabíamos o que é que estão a promover de Aveiro e acima de tudo também sabíamos com aquilo que poderemos contar. E é só.”*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>034</sup>

Vogal Romana Fragateiro (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>035</sup>

*“Muito boa noite, excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia, excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados. Eu começaria por perguntar ao Senhor Presidente da Câmara, para quando é que está previsto o saneamento nas Agradas do Norte?*

*Para Esgueira estão previstas algumas pavimentações, no entanto há muitas ruas degradadas na freguesia de Esgueira, como em todas as freguesias, gostaria de saber se a Câmara Municipal irá tapar os muitos buracos que existem nas diversas ruas da freguesia de Esgueira, ou será que tem que ser a Junta a executar? O Senhor Presidente da Câmara falou de empreitadas, de alcatroamentos feitas pelas próprias Juntas. E u mais uma vez gostaria de saber, (porque da última vez quando perguntei não tive resposta) porque é que à Freguesia de Esgueira não nos foi proposto essa hipótese. Gostaria também de perguntar, porque é que o pólo de leitura de Esgueira continua sem jornais? Obrigada.”*

Vogal Elisabete Freitas (PPD/PSD)<sup>036</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>037</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente, boa noite novamente. Relativamente à Comunicação Escrita do Senhor Presidente da Câmara, há aqui alguns pontos sobre os quais gostaria de tecer algumas considerações. O primeiro ponto tem a ver com a questão dos valores em dívida e da redução de nove milhões que é aqui apresentada. De facto nós temos uma redução significativa que espanta qualquer, enfim, qualquer pessoa que olhe para os números e obviamente que atrás dos números deve vir uma explicação, que deverá ser dada obviamente*

*por quem lida e quem gere os números de forma mais próxima e tem acesso a toda a informação. Mas eu gostava de relembrar três questões relativamente ao número que aqui é apresentado, embora refira que esta Comunicação não é propriamente o documento mais adequado, porque reflete uma coisa que é incomum, que é uma actividade dos meses de Dezembro e Janeiro. Eu percebo que assim é, mas do ponto de vista financeiro ou económico não tem qualquer expressão ou não permite retirar quaisquer conclusões e aguardemos pela apresentação das contas da Câmara Municipal. Mas gostaria de relembrar o seguinte, a Câmara, o executivo apresentou aqui nesta Assembleia um conjunto de acordos de pagamento ou seja, na prática o que fizeram foi diferir no tempo um conjunto de acordos de pagamento, isto significa o quê? Significa que a dívida não desapareceu, mas foi protelada em termos temporais, o que em termos concretos e num curto prazo ou num prazo imediato, obviamente que dá folga de tesouraria à Câmara Municipal e portanto há aqui uma margem que permite perceber como é que nós com essa folga podemos fazer outras coisas. Também importa não esquecer que durante o ano 2012, o executivo teve que liquidar junto da Banca uma prestação de capital do empréstimo contraído em 2008 (salvo erro) e portanto obviamente que há aqui uma diminuição imposta, por aquilo que é o compromisso perante a Banca, que não deverá andar muito longe dos nove milhões! Não diria que são nove mas é uma ordem de grandeza de milhões. E portanto eu diria que temos aqui dois fatores que permitem perceber como é que estes nove milhões são reduzidos ou seja, eu criei uma folga de tesouraria, tenho que pagar os nove milhões à Banca e é natural obviamente que se eu pago nove milhões à Banca, eu deixo de ter essa dívida. No entanto com o protelar do acordo de trinta e dois milhões, a dívida não desaparece, o que eu criei foi folga para poder pagar outras coisas e portanto a dívida está cá, os nove milhões, eu diria que a Banca é um fornecedor com o qual é difícil negociar e portanto não há aqui propriamente nenhum brilharete! Não há aqui propriamente nenhum brilharete! Gostaria também de lembrar que o mandato que termina este ano, teve uma particularidade interessante, convém não esquecer, é que o mandato esteve suportado num negócio que o executivo municipal fez com a AdRA e portanto há aqui receitas que foram recebidas nesse âmbito e claramente permitiram suportar alguma redução desse passivo, porque nos números não há grande ... (se olharmos para as receitas do município, para as receitas correntes, os números não esticam, o valor não estica e portanto há aqui um exercício que é suportado nas receitas que foram recebidas da AdRA. Isso para quem apresenta depois um conjunto de medidas que têm em vista a não penalização do municípe com redução de impostos, etc., etc., convém não esquecer que a alienação do fornecimento de águas à AdRA, não penaliza de forma direta os municípios, porque não é a Câmara que aplica esse imposto ou essa taxa, mas obviamente todos os municípios repararam certamente que a factura da água aumentou. E portanto há aqui um conjunto de explicações que eu penso que deveriam acompanhar a apresentação destes números, que é para nós percebermos claramente que a dívida foi reduzida, é óbvio, não vou duvidar dos números que aqui estão apresentados, até porque eles serão certificados por entidades autónomas creditadas para o efeito, mas importa perceber efetivamente como é que nós chegamos aqui, porque ninguém acredita que tendo mais despesa corrente do que receita, nós consigamos ter folga para fazer estas reduções! Portanto há que ser claro como nós apresentamos este conjunto de números, para não se fazer passar a ideia de que a obra que é conseguida ao nível da redução da dívida é um facto extraordinário feito por este executivo municipal. Relativamente a um conjunto de acções que estão aqui espelhadas na Comunicação do Senhor Presidente, eu gostaria de tecer dois comentários ou três, o primeiro é que fico regozijado com a possibilidade de alguém conseguir concretizar os seus sonhos ou seja, de facto nós vamos ter a cidade toda pavimentada. E vamos ter também um conjunto de obras que aparentemente estão todas em curso e que vão ser concluídas no ano de 2013, espero que antes da véspera das eleições que ainda não têm data marcada. Senhor Presidente deixe-me tecer-lhe um elogio, porque conseguiu aplicar uma máxima da gestão ou seja, gerir*

*“in just in time”, vai terminar as obras todas, todas sem exceção no ano de 2013, no ano em que termina o seu mandato, no ano em coincidente termina este seu mandato e é um ano eleitoral. De facto espero que não seja na véspera das eleições, espero que seja um bocadinho antes, mas terminam todas em 2013, aliás isso já estava bem espelhado, quando apresentaram as Grandes Opções do Plano, porque a maior parte dos valores diziam respeito a 2013. Já sei que vai dizer que quer deixar o mandato para o seu sucessor que pode ser o Senhor Presidente na mesma, limpinho, mas não se esqueça de que também fez acordos de protelação de pagamentos, trinta e dois milhões, que de alguma forma contrariam esta sua tese. Uma das obras que não está aqui contemplada feliz ou infelizmente dependendo da perspectiva é a pista de remo, que aparece aqui ainda em contencioso e sobre a qual nós todos gostaríamos de obter esclarecimentos, porque no meio deste planeamento todo em termos de “just in time” faltou a pista de remo e portanto era interessante perceber, se a pista de remo vai ou não transitar de mandato.*

*Ainda tenho tempo para falar da questão e para ver se de uma vez por todas nos entendemos relativamente ao IMI, a Câmara foi a própria, foi o próprio executivo que apresentou uma previsão de um aumento de três milhões no IMI e portanto o IMI vai aumentar. A Câmara desceu a taxa, desceu o IMI ou manteve a taxa mas sobre receita em termos de IMI vai aumentar, o que significa que se vai aumentar, alguém vai ter que pagar mais. E pronto não vale a pena andarmos aqui a jogar com as palavras, de facto a Câmara manteve ou reduziu a taxa, mas a receita provisional é de aumento e portanto quando se aumenta uma receita, significa que alguém vai ter que pagar mais. Finalmente, registo também a forma como o Senhor Presidente aqui teceu comentários acerca do tratamento que o Governo da Republica dá aos funcionários públicos de forma a provocar-lhes uma desmotivação do ponto de vista daquilo que é o seu trabalho. É verdade, tem razão, o Governo tem tratado de forma inaceitável todos os funcionários públicos como sendo os malfeitores deste país e da causa que provocam a crise neste país. E o Senhor Presidente disse e com razão que os funcionários públicos na Câmara Municipal andam motivados! Só que há aqui um pormenor, é que o Governo fez este corte de forma cega e esse é o verdadeiro problema que reside do meu ponto de vista na Administração Pública ou seja, o Governo não olha ao desempenho dos funcionários públicos e aplica a taxa e o corte pela mesma medida e o Senhor Presidente fez exatamente a mesma coisa ao contrário ou seja, concede um dia de férias a todos os funcionários sem qualquer tipo de distinção e portanto se critica o Governo pelos cortes cegos, devia ao aplicar medidas motivacionais, não fazer exatamente aquilo que critica ou seja, premeie os seus funcionários sim, mas faça-o de forma distintiva e de acordo com o mérito dos mesmos, porque a verdadeira questão da função pública, não tem a ver com falta de instrumentos de ferramentas de motivação, tem sim essencialmente a ver com falta de instrumentos de avaliação, que permitam recompensar os funcionários de forma distinta e portanto com esta concessão de cedência de dia por aniversário dos funcionários, diria que não é de todo uma medida de motivação, mas sim uma medida como sabemos à semelhança do “just in time”, também acontece no ano de 2013.”*

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>038</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>039</sup>

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>040</sup>

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>041</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>042</sup>

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>043</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>044</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>045</sup>

*“Os Armazéns Gerais do Município de Aveiro vão mudar em Maio para as instalações que a ERSUC ocupava no antigo aterro de Taboeira. Até aqui tudo bem. Para trás é que está de facto tudo mal. E pelo que foi dito aqui pelo presidente andam a brincar com o dinheiro dos contribuintes. Aliás, não têm feito outra coisa!*

*Não me espanta que tudo tenha começado com o PS na Câmara, é verdade. Num negócio que não engana ninguém. A parte pública contratualiza algo em que fica numa posição tão frágil quanto possível. Contrato feito, claro está, pelo PS quando estava na Câmara.*

*O mesmo que queria pagar, por exemplo, meio milhão de euros por ano ao Beira-Mar para jogar no estádio municipal, esqueceu-se de acautelar minimamente o interesse público no negócio com a Rodimo!? Promete entregar um terreno que não é possível entregar e, dada essa impossibilidade indemniza brutalmente a parte privada – isto é um negócio do PS.*

*Antes disso, realizou um pagamento parcial em dinheiro de mais de meio milhão de euros que foi cumprido.*

*Depois mais esta negociata com um terreno em que a Câmara ficou sujeita a uma penalização de dezassete mil e quinhentos euros mensais. E agora já vai em vinte mil euros mensais!? Mas é este PS que quer voltar à Câmara municipal, ainda por cima com os mesmos intervenientes?*

*Agora, porque é que o PSD demorou tanto tempo a anular este negócio? Dez anos. Dez anos em que foram pagos, nada mais nada menos do que mais de três milhões de euros aos proprietários.*

*Três milhões de euros do erário público e para quê? Para agora desistir da compra!*

*O princípio do negócio é péssimo, o fim é pior. Isto mostra bem o que é a alternância política entre PS e PSD no poder político — um desastre. Desde 1999 a CMA gastou quase quatro milhões de euros a comprar uma coisa da qual agora abdica.*

*Isto é duma irresponsabilidade atroz e explica muito bem porque é que os cofres do Estado estão vazios. Contratualiza-se uma compra, paga-se, e no fim não se fica com o que se comprou. Estranho por demais. É estranho, Muito estranho.*

*PDA. Mas de maus negócios não ficamos por aqui. Não deixa de ser interessante a forma, vá lá, emocionada, como a comunicação do presidente fala do Plano de Urbanização do Parque Desportivo de Aveiro. Ele é a presença de linha de água, ele é o contacto com a natureza, ele é a sua posição geográfica e estratégica que privilegia a localização de atividades económicas. Ele é o estádio, o centro hípico e campos de golfe. É tudo uma maravilha, enfim... emocionei-me!*

*Mas não foram vocês que entregaram a maioria do capital da empresa PDA a troco de coisa nenhuma? Num processo obscuro que nem sequer foi a concurso público? Um aumento de capital manhoso de menos de 250 mil euros em que perderam a maioria de capital pública.*

*O estranho, é que a única coisa que não entregaram ao privado neste negócio, foi a única coisa que dá prejuízo: o estádio. Mas gostam de perder dinheiro? Ou não se preocupam, simplesmente, porque o dinheiro não é vosso? Mas a Câmara só servem de rede a negociatas com empresas privadas? Com vocês, parece que sim.*

*PCI. Não há, neste momento, nenhum projeto aprovado, nem nada de concreto aprovado aliás, para o PCI- parque da Ciência e Inovação (isto confirmado recentemente pelo Ministério da Economia), mas neste momento as pessoas que moram na área estão a receber a carta de expropriação. Pior, o Despacho n.º 2897/2013, de 22 de Fevereiro de 2013, autoriza a realização dessas expropriações para a construção desse Parque, algo que está a ser feito com carácter de Urgência? Qual é a urgência, qual é a pressa?*

*Gostava que o presidente Élio Maia me explicasse qual é esta urgência em tirar casas e terrenos a pequenos proprietários que trabalharam uma vida inteira, e continuam a trabalhar, para ter o que têm. Mas eu sei que não me vai explicar, sei que não vai explicar e até percebo porque é que não vai explicar. Não sabe. Mas explico-lhe eu.*

*É que o PCI não é Parque de Ciência e Inovação nenhum. É sim uma fraude e ainda por cima mal feita. Ou então alguém que me explique em que contexto está projetado um campo de golfe na mesma área. Aliás, alguém me explique também porque é se avançam com expropriações já, quando falta ainda o fundamental, ou seja, a verificação da análise técnico-financeira, como é o caso das questões dos terrenos, da garantia da contrapartida nacional e até da viabilidade financeira do projeto.*

*A única explicação razoável que encontro, é que o objetivo é mesmo tirar as propriedades às pessoas que ali vivem. E isso não pode ter outro nome que não, roubo. Mesmo que legalizado é roubo.*

*O Bloco de Esquerda, que não vai desistir de lutar por esses moradores até às últimas consequências, e considera até o projeto PCI, neste momento, um absurdo em si mesmo.*

*A CMA está incapaz de se ver ao espelho neste processo. É um absurdo a destruição de terrenos agrícolas altamente produtivos, que se encontram em plena exploração, quando é do conhecimento público a existência de diversos parques industriais ao abandono ou subaproveitados nas redondezas. O de Mira, por exemplo, cuja situação atual de fracasso e abandono é também o futuro mais que certo do PCI Aveiro-Ílhavo. Que recorde, está sobredimensionado. São 124.000 m<sup>2</sup> numa área que pertence à REN.*

*A Câmara tem ainda uma oportunidade de voltar atrás enquanto é tempo — e é urgente que o faça.*

*Finalmente MoveAveiro. Já se sabe aquilo que o Bloco sempre disse que esta Câmara queria fazer e que esta Câmara sempre disse que não queria — a privatização da MoveAveiro.*

*Disse que não queria, mas está a fazê-lo e, imagine-se, da pior forma. A vergonha não existe neste executivo.*

*Por sugestão de Élio Maia, é público, que aquela espécie de administração da MoveAveiro está a estudar “a concessão do maior número possível das suas actuais áreas de negócio”. Ou seja, a CMA está deliberadamente a acabar com a MoveAveiro para ajudar uma empresa privada no seu negócio, entregando-lhe o monopólio do transporte de passageiros. É só mais uma asneira deste executivo. É mais uma das tantas que já fez. E a asneira é tão grande que essa pseudo-administração da MoveAveiro está a fazer uma autogestão ruinosa, de propósito, para acabar coma empresa.*

*Primeiro, os circuitos feitos pela MoveAveiro deixaram de ser pendulares e passaram a ser circulares, desajustando a oferta às necessidades dos cidadãos aveirenses.*

*Um exemplo: os autocarros que saem de Vilar fazem agora o percurso Mataduchos/Aveiro/Zona Industrial/Quinta Loureiro/Cacia/Mataduchos e Aveiro de novo.*

*O que é que acontece a um passageiro que queira ir da Zona Industrial para o Centro da Cidade? Percorre vinte quilómetros em vez de dois ou três, gastando cerca de uma hora em vez de dez minutos.*

*Isto são opções vossas, erradas, que vocês sabem que estão erradas, mas têm a lata de as fazer para ajudarem um ‘amiguinho’ de uma empresa privada.*

*Depois tomaram-se opções tão desinteressantes quanto esta, como já foi aqui referido. Quem paga o passe da empresa privada UrbAveiro pode circular nos autocarros da MoveAveiro, quem paga o da MoveAveiro não pode andar nos da UrbAveiro.*

*Mas isto é o quê? Isto é gozar com as pessoa! Ou seja, que paga o privado pode usar o público sem que o erário público receba dinheiro em troca. Quem paga o público não pode usar o privado. É uma vergonha.*

*Depois não há fardamentos novo para os motoristas da MoveAveiro desde 2004 — (há 9 anos). O que já houve foi um processo de despedimento de 17 trabalhadores, dos quais apenas seis passaram para a UrbAveiro a ganhar cerca de menos 100 euros por mês.*

*Sinceramente, se isto é administrar uma empresa eu digo: um administrador destes, eu não queria nem para lamber envelopes.*



*Isto é despesismo absoluto. E quem é que paga esta destruição propositada da MoveAveiro são os aveirenses e são os utentes. Tenho dito.”*

Vogal Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[046](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu depois desta discussão apenas tenho aqui algumas “questõezinhas” que gostaria de ver mais esclarecidas, nomeadamente relativamente à Freguesia de São Jacinto. Eu gostaria de saber neste momento como é que estava a situação do Porto de Pesca? Porque o projeto estava realmente à espera dos financiamentos da PROMAR e eu gostaria portanto de saber se até ao final do ano temos realmente o Porto de Pesca artesanal de São Jacinto, porque as embarcações foram bastante molestadas neste temporal e realmente não queria que os municípios aveirenses tivessem mais um inverno perigoso e nas condições que tiveram este ano. Ainda em São Jacinto também gostava de saber daquela situação do hotel que estava previsto para São Jacinto, que caso não fizessem em determinado tempo reverteria para a Câmara, eu gostaria de saber a situação, se está pendente se não está, se está suspensa, porque aos anos que se fala nisso e está bem que eu sei que a altura é menos boa, mas de qualquer maneira, se estes indivíduos não constroem, não sei se será possível realmente tentar dar uma aposta a outras pessoas, ou tentar procurar outros ambientes para fazer isso. E também saber se houve algumas conversações sobre a base aérea de São Jacinto novamente, se houve algumas conversações e se realmente há a possibilidade de adaptar aquilo para outro tipo de actividade. Também aproveito para falar, o Senhor Presidente já falou nisso, mas queria realmente demarcar mais uma vez o acesso à UTMB, porque ainda as últimas semanas passei por várias freguesias da zona e realmente as estradas estão muito degradadas, eu sei que o inverno foi pesado, mas realmente as estradas de acesso à UTMB estão bastante degradadas nas zonas onde passaram os camiões nas experiências e agora que aquilo já não estava em experiências, já está praticamente em elaboração completa, era urgente realmente que a estrada fosse completamente rectificadas, aliás agradeço as palavras do Senhor Presidente, ter dito que realmente a situação estava praticamente resolvida.*

*Em relação ao Teatro Aveirense, pois eu penso que o Teatro Aveirense tem um programa bastante positivo. Penso que parte das verbas que foram aproveitadas este ano, foram verbas da Direcção Geral das Artes e Espectáculos, portanto a Câmara não vai ser onerada, nem vai despende verbas exorbitantes como aqui se tentou insinuar, portanto acho que foi uma boa opção desta Câmara e da nossa Vereadora da Cultura, dai os meus parabéns.*

*E queria ainda saber agora dentro da cidade, a situação da escola da Glória que penso que o empreiteiro se não abandonou a obra, a coisa está a andar extremamente devagar e portanto a escola da Glória e a escola da Vera Cruz, também se realmente é uma obra que dentro em breve irá arrancar ou não, porque realmente estamos praticamente a acabar mais este ano lectivo e as coisas mantêm-se iguais. Muito obrigado.”*

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[047](#)

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Antes de mais agradecer ao Senhor Presidente da Câmara, o facto de ter acedido ao nosso apelo, que de facto penso que foi positivo para a discussão que se deve ter sobre esta matéria, ainda que não tenha havido ninguém a abordar o tema, mas farei eu. A primeira questão e naturalmente o Senhor Presidente da Câmara fez questão de dizer que poderia haver algumas falhas, porque estava a falar de improviso e portanto é natural que haja algumas imprecisões e outras provavelmente serão algumas interpretações erradas. Desde logo o que está na base da decisão de na altura a Câmara procurar outro espaço, a Câmara não procurou outro espaço, fundamentalmente porque queria alienar aqueles terrenos. A Câmara procurou outro espaço porque era evidente para*

*todos, nomeadamente para os serviços, que aqueles, os antigos armazéns que têm trinta anos de actividade, já não tinham as condições suficientes para a Direcção de Serviços Urbanos poder trabalhar e portanto se não fosse aquele terreno na zona industrial da Taboeira seria outro qualquer. Essa é que foi o “hit motiv” da compra, ainda que naturalmente a saída permitiu também outro tipo de objetivos que se tinha para aquele espaço. Bem, mas uma primeira admiração ou entoação de admiração que o Senhor Presidente colocou sobre uma das premissas que o terreno tinha que ser o terreno de pagamento à Rodimo, tinha que ter uma capacidade de construção de vinte mil metros quadrados e disse-o achando e se estiver errado o Senhor Presidente corrija-me, mas pareceu-me achando que era um exagero e que não é fácil naquele perímetro encontrar uma solução, Senhor Presidente há alguns anos atrás o Senhor Presidente autorizou o negócio no centro da cidade com trinta e seis mil metros quadrados de área de construção, estamos a falar das piscinas! Portanto se vinte mil metros quadrados é muito, imagine o que é, não é daqui até ao zig-zag, é daqui até ao zig-zag e vir! É preciso coerência neste tipo de coisas, portanto se vinte mil é muito, imagine trinta e seis mil metros quadrados. Quem é que votou contra esta proposta à altura na Câmara Municipal de Aveiro? Nenhum Vereador. Estavam três partidos representados, PS, CDS, PSD, nenhum Vereador votou contra. Quem é que votou contra nesta Assembleia Municipal? Nenhum, nenhum partido votou contra. Votaram todos os partidos a favor à excepção de dez abstenções do PSD ou seja, à data o negócio foi considerado e hoje é considerado um bom negócio para os valores do metro quadrado que existiam na altura, era uma boa solução só exigia ao município o pagamento de uma parte, de um valor em moeda e a outra era uma permuta. Portanto dir-me-á o Senhor Presidente, mas o contrato não foi bem feito. É verdade, o contrato não foi bem feito, o contrato tem lacunas e foram essas lacunas que fizeram arrastar esta situação, mas isso não lhe deve permitir, e isto tem a ver com a elevação da discussão que nós devemos ter nestas matérias, isto não deve permitir ao Senhor Presidente e aos membros do partido que o suportam, de fazer especulações sobre aquele terreno, sobre aquele negócio e colocá-lo em igualdade de circunstâncias com uma série de outras situações, como o Senhor Presidente aliás o fez, no seu discurso de tomada de posse. Se sê lembrar, colocou a Rodimo como uma das situações que fazia honra em resolver até ao final por causa da herança dos despesistas dos socialistas, etc., Quando este negócio é um negócio que toda a gente diz que foi um bom negócio na altura e que o contrato tem obviamente alguns problemas, fez com que hoje estejamos nessa situação. A questão é e dize-lo muito frontalmente, há uma interpretação que penso que quase consensual, de que o proprietário fez na altura (e partindo do princípio que estamos todos de boa fé nestas coisas) um contrato de venda, a determinada altura percebeu que aquilo que era interessante para ele e até hoje, era um arrendamento! E está até hoje, com algumas pausas pelo caminho, está até hoje a receber. Portanto é aquilo que eventualmente e é uma das hipóteses, que se pode num processo em Tribunal se considerar um enriquecimento ilícito. E o contrato permite, tem alguma fuga, para que se os processos forem bem feitos por parte da Câmara, nomeadamente se em 2009 o Senhor Presidente tivesse tido outro tipo de ponderação, relativamente à instauração do processo, ele não tinha sido considerado improcedente, porque teria recorrido à arbitragem e provavelmente o destino da situação foi outra. O Senhor Presidente é Presidente de Câmara há sete anos, o Senhor Presidente quando entrou na Câmara, sabia exactamente qual era a situação e aqui se há alguém que todos concordamos que não está a proceder bem é o proprietário. E quem é que ficou a ganhar com a decisão que o seu executivo tomou esta semana? Quem é a única parte neste processo que fica a ganhar? A Câmara já perdeu o dinheiro que perdeu e fica sem o imóvel. O proprietário ganhou todo o dinheiro que já ganhou e fica com o imóvel. Aqueles que são neste momento os (não direi) prevaricadores, mas direi aqueles que estão a ter uma atitude completamente contrária à boa-fé do contrato que assinaram, são os únicos que têm a ganhar, com a decisão que o seu executivo, que o Senhor Presidente tomou. Portanto, posição política do partido socialista é*

*esta, deve ser imediatamente revogada a decisão que foi tomada em Câmara e deve ser instaurado, deve ser revogado e deve ser instaurado um processo, um novo processo e nós estamos convencidos que o novo processo que a Câmara ganha o novo processo, se cumprir a sua parte e se instaurar um processo de acordo com aquilo que está definido no contrato. De outra maneira, mais uma vez a vossa decisão é altamente lesiva, altamente lesiva dos cofres do município, porque vai obrigar a fazer o pagamento e vai obrigar a ficar sem o imóvel e portanto é uma decisão altamente prejudicial para os cofres do município. E se assim não for o Senhor Presidente o explicará com certeza.*

*Aniversários. Já o disse publicamente e reafirmo aqui é um acto indecoroso! O Senhor Presidente é Presidente de Câmara há sete anos e faltam cinco ou seis ou sete meses para as eleições e agora lembra-se que é preciso motivar os seus funcionários! Quer dizer, é indecoroso! Ninguém compreende uma atitude destas, a não ser pelo facto de estarmos em pré campanha, o Senhor Presidente tem duas campanhas, está em campanha que está agora e depois vai ter a campanha eleitoral propriamente dita e eu a seguir já lhe explico. Senhor Presidente motivar os funcionários quando aprovou nesta Assembleia um novo Organigrama, dizendo (na altura pela Senhora Vereadora, que agora já não é a sua Vereadora) que era o instrumento de gestão fundamental, nomeadamente para economizar e para melhorar a capacidade de gestão dos recursos humanos, 5 de Janeiro de 2011, esse que era o instrumento estratégico fundamental e está até hoje para o pôr em prática? Mas já se lembrou de dar dias no aniversário! Isso é que é importante, isso é que é fundamental e estratégico. Agora estar um ano e meio para implementar um novo Organigrama, que veio aqui com toda a popa e circunstância e dizer que era um instrumento estratégico, isso está quieto. Podemos falar das nomeações das chefias, faltam dois dias para ser obrigado por Lei a ter as chefias nomeadas e ao dia de hoje, ou pelo menos ao dia de ontem não se sabia de nada, porque vai sempre até à última. Essas são as partes importantes, mas o Senhor Presidente acha que gerir recursos humanos é dar dias de folga a quem faz anos. Ao menos encontre outra desculpa, é indecoroso aquilo que aconteceu, indecoroso! E isto porquê Senhor Presidente? Porque de facto aquilo que está a acontecer e já não se via isto na política há muito tempo, é que estamos num processo de primárias dentro do PSD e da coligação, estamos num processo de primárias à custa do erário público e esse é que é o problema, porque os Senhores podem fazer aquilo que entenderem, os Senhores se o PSD não tem confiança em si é um problema do PSD, é um problema do Senhor Presidente, mas não podem fazer isto às custas do erário público, porque um candidato apresenta um programa de milhões de marketing, o outro candidato dá subsídios. Um candidato dá aniversários, o outro candidato compra canais de televisão e todos os dias a página 1 do Jornal é um a dar uma coisa e a página 2 do jornal é outro a dar outra coisa. E quem está a pagar a falta de confiança e o desnorte que a coligação e o PSD têm sobre as próximas eleições são os eleitores. Esse é que é o grande problema Senhor Presidente, qual é a questão que está aqui em causa Senhor Presidente? É que depois de tudo isto, o Senhor Presidente vai ser a segunda escolha de si próprio. Muito obrigado.”*

Vogal Paulo Marques (CDS)<sup>048</sup>

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>049</sup>

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD)<sup>050</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:<sup>051</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Logo estamos a analisar a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara e todas as implicações que se reflectem no nosso município. E estas questões que aqui foram agora colocadas são realmente (estas e todas as outras) são relevantes para o nosso debate. Bem primeiro que tudo gostaria de fazer aqui uma referência à intervenção detalhada do Senhor Presidente da Câmara no início deste ponto, o que ajuda*

*a nós percebermos melhor a filosofia que está por trás da forma como o município foi governado nestes últimos dois meses e por isso também retira algumas perguntas que eventualmente iríamos fazer, porque já foram explicadas. E por isso, se reveste então de importância este assunto que é apelidado como sendo o assunto da Rodimo ou seja o assunto dos Armazéns Gerais. Foram aqui referidas quais foram as motivações na altura para trocar de instalações, mas não foi ainda referido que na altura se pensava na expansão do Hospital de Aveiro, para os terrenos que estavam a ser ocupados pelos Armazéns Gerais e essa também foi uma das motivações que foram discutidas na altura na Assembleia Municipal ou seja, o Hospital, vivia-se na altura a possibilidade de haver duas soluções que infelizmente nem se avançou com uma nem com a outra. Uma delas era a expansão do Hospital, outra era a construção de um Hospital novo. Na altura e quando este negócio veio à Assembleia Municipal, esta transferência dos Armazéns Gerais, a ideia e muito forte na altura era mesmo a transferência, por isso a expansão do Hospital e por isso a Câmara teria que resolver a questão dos Armazéns Gerais e na altura surgiu esta situação, na altura a Vidalcar, penso eu que até era assim que se chamava a empresa que estava nessas instalações, que eram os representantes da Mercedes, na altura tinham a disponibilidade então que essas instalações fossem então utilizadas pelos Armazéns. E eu lembro-me perfeitamente, de nós termos discutido este assunto na Assembleia Municipal e tomámos uma postura que se manteve em muitos outros assuntos e a postura era esta, quem governava o município era o Partido Socialista, nós levantávamos as nossas questões, nós púnhamos as nossas questões, mas nós éramos solidários com as posições que o nosso Presidente da Câmara da altura tomava. E por isso, já não me lembrava qual tinha sido a nossa votação, mas foi aqui recordado que o PSD se absteve. Mas a postura do PSD era exactamente esta, de que realmente sermos solidários com as posições da Câmara e que a Câmara nos trazia a esta Assembleia. Compreendo que o Partido Socialista se possa achar que realmente nós demos confiança a mais à anterior Câmara Municipal. É capaz, é capaz e por isso talvez esta postura do PS nestes mandatos, ter sido realmente de votar contra, muitas vezes com votos de vencido, muitas vezes querendo levar os assuntos para Tribunal, pedindo pareceres jurídicos sobre estes assuntos, venha exactamente deste medo, que acredito que realmente possa ter acontecido nestes mandatos, que realmente se viveram do Dr. Alberto Souto, em que se fez muita coisa, inclusive muita asneira. E olhando para este contrato, realmente eu lembro-me de se ter discutido que havia trinta meses para encontrar esta solução, encontrar este terreno e também me lembro do Senhor Presidente da Câmara agora o Dr. Élio Mia ter referido a esta Assembleia que realmente este assunto era um assunto que realmente a Câmara tinha sido condenada a pagar a esta empresa, vamos lá, transformado em renda, porque não havia outra possibilidade para a Câmara poder honrar os seus compromissos. E por isso havia que estancar este assunto e por isso esta posição agora do PS vir ajudar, acho que é muito boa, acho é que já vem muito tarde não é? Porque também teve sete anos, para poder ajudar esta Câmara a resolver este problema. Não o fez, faz agora, muito bem. Acho que se nós ainda estivermos, exactamente treze ou catorze, porque realmente podia ter resolvido o problema antes, mas já aqui foi explicado que houve essa tentativa de resolver o problema antes ou aliás, ou até levar este assunto realmente aos Tribunais, não o conseguiu resolver e o Dr. Élio Maia consegue agora resolver. Com uma perda para todos nós, uma perda para o município? Pelos vistos sim, pelos vistos sim, mas parece-me que perante isto tudo, perante esta conjuntura, parece-nos que é a perda menor. Foi uma má gestão que se fez naquela altura, um mau contrato? Não tenho dúvidas neste momento, mas o que é um facto é que foi o contrato que foi feito pelo Presidente de Câmara na altura e cá estamos nós para honrarmos os nossos compromissos e por isso ainda bem que foi encontrada esta solução, esta vacatura das instalações da Ersuc, parece-me que é uma altura importante então para nós podermos abandonar estas instalações e por isso começarmos uma nova era de Armazéns Gerais, que eu acho que bem precisamos. O Partido Socialista referiu aqui várias vezes, que muitas das*

*medidas, muitas das acções que o Dr. Élio Maia tem tomado nestes últimos tempos, apesar de se ter dito desde o principio, aliás já deviam conhecer o Dr. Élio Maia, que desde (já aqui foi lembrado o seu discurso de tomada de posse) sempre pensou a gestão do município em termos de ciclos e por isso agora que se está a fechar o ciclo, parece-me que é natural que agora surjam realmente todas estas obras, que realmente estão a ser concluídas. Apelida o PS como sendo medidas eleitoralistas e esquece-se ou talvez não, porque já aqui foi dito que aqui já houve duas intervenções com tónicas diferentes, é que não aprenderam, pelos vistos, quem apelida como sendo obras eleitoralistas, são aqueles socialistas, que não aprenderam com o Dr. Alberto Souto, que fazer obras à última da hora, no último mandato tal como aconteceu dá asneira, como aconteceu quando as obras do Dr. Alberto Souto fez e que depois mesmo assim perdeu as eleições ou seja, este atestado de menoridade que alguns membros do partido socialista aqui apresentaram nesta Assembleia aos aveirenses, de que realmente têm memória curta, que acham que por se tapar agora o buraco a uns meses das eleições, por se estar agora a distribuir dinheiro às diferentes Associações e outras coisas que foram aqui enumeradas pelo Partido Socialista e que disseram e que só revelam que realmente há condições neste momento no município de Aveiro para voltar a levar uma vida normal, é um atestado de menoridade que o PS está a prestar aos aveirenses e tenho a certeza que não são essas as motivações dos aveirenses para votarem no Dr. Élio Maia, porque tenho a certeza que votarão no Dr. Élio Maia.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento:[052](#)

*“Bom Prof. Manuel António, eu ouvi-o com toda a atenção. E a única coisa que queria saber é independentemente do argumentário de que a câmara socialista, volvidos, desde julho de 2001 penso eu que foi quando terminaram os trinta meses, não terem resolvido o problema até Outubro de 2005!? Qual é a justificação que o Dr. Manuel António Coimbra dá, para que o executivo que suporta, não ter despoletado a situação jurídica necessária para resolver o problema de quem não queria aceitar o terreno? Qual é a justificação que dá? É porque, tal qual pôs ou expôs a questão, o que eu consegui depreender é que a não resolução por parte do executivo socialista dá lugar a responsabilização na sua perspectiva, mas a restante parte não dá. E eu pergunto-lhe se é assim ou se eu entendi mal?”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do artigo 31.º do Regimento:[053](#)

*“O que eu disse (e segui aquilo que foram as informações dadas pelo partido socialista) foi que o assunto já na altura do Dr. Alberto Souto tinha sido levado aos Tribunais.*

*O Dr. Élio Maia apanha este processo já com uma condenação a dizer a Câmara tem que pagar. E por isso se a Câmara tem que pagar o que é que o Dr. Élio Maia faz? E parece-me que aqui o lógico é, continua a pagar aquilo que é devido. Os juros que são devidos e continua a procurar soluções e como é óbvio como deve fazer um Presidente de Câmara, não é entrar em litígio, é procurar novas soluções e por isso é que o Dr. Élio Maia deu aqui o exemplo da Fábrica da Pinheira, deu aqui vários exemplos de outras soluções precisamente, porque nós devemos dar o benefício, porque devemos encontrar nos outros pessoas de bem.*

*E por isso nós devemos pensar que as pessoas que estão à frente da outra empresa e que vendeu ou queria vender os Armazéns Gerais, as instalações dos Armazéns Gerais à Câmara Municipal de Aveiro, queria realmente fazer o negócio. E foi depois de muitas tentativas infrutíferas, chegou-se à conclusão de que afinal estávamos perante um caso que realmente poderá ser, indiciava, que não fosse realmente um conjunto de pessoas que realmente estivesse só a zelar pelos seus interesses e não pelos interesses num todo da maneira mais correta. Aliás que tanto mais o Partido Socialista ainda aqui acabou de referir isso, que era um caso que devia ser levado outra vez aos Tribunais. E por isso, perante toda esta conjuntura, dizer que a Câmara Municipal de Aveiro desde 2005 não tratou do caso!? Tratou. Que foi uma preocupação? Foi. Que foi difícil encontrar uma solução?”*



*Extremamente difícil. Que foi encontrada a solução? Foi. Os munícipes aveirenses sabem que foram prejudicados? Não tenho dúvida.”*

De seguida o Presidente da Assembleia, nos termos regimentais,<sup>054</sup> informou da continuidade dos trabalhos para além da meia-noite, não se verificando nenhuma oposição.

### Da Câmara Municipal

Vereadora Maria da Luz<sup>055</sup>

Vereador Carlos Santos:<sup>056</sup>

*“Tocar mais alguns assuntos, se mo permitem. Gostaria de falar um pouco sobre as delegações de competências, as pavimentações e a côr das Freguesias. Como os Srs. compreendem, um plano de pavimentações como o nosso não tem nada a ver com a côr política das Freguesias. As pavimentações fazem-se onde são necessárias, onde há muito tráfego e onde é, absolutamente, importante que se façam. Também me custa dizer que a Freguesia onde vamos fazer mais pavimentações é, precisamente, uma Freguesia do Partido Socialista. Onde vamos pavimentar mais é numa Freguesia do Partido Socialista, onde há mais movimento, onde há mais tráfego. Isto não tem, rigorosamente, nada a ver com a côr política das Freguesias. Devo dizer-vos que o Partido Socialista tem três Freguesias e nós vamos ter um total de setenta e quatro pavimentações. Nós vamos fazer trinta pavimentações em três Freguesias do Partido Socialista. Portanto, o Partido Socialista tem muitas pavimentações. Queria deixar-lhes esta nota: quarenta e sete pavimentações da responsabilidade total da Câmara e vinte e sete pavimentações por delegações de competências, em que a Câmara acaba por pagar as pavimentações mas os procedimentos são dinamizados pelas Freguesias. E dizer-vos, também, sobre o problema de tapar buracos e como é que isso funciona. Ainda agora recebemos quarenta e sete toneladas de argamassa a frio que nós distribuímos por um conjunto de Freguesias que têm POC e que fazem elas a aplicação dessa argamassa. Assim são mais frentes a trabalhar e mais frentes a tapar buracos. Isto é uma colaboração que é importante e que se tem mantido, com um bom entendimento com as Freguesias. E é importante que assim seja e que continue.*

*Falar-vos um pouco também sobre as eleições e a MoveAveiro. Se nós estívéssemos preocupados com as eleições nós não falávamos sobre a MoveAveiro. Nós temos que ser realistas. Sabemos que há a Lei 50/2012 que extingue, pura e simplesmente, a MoveAveiro. Não há nada a fazer. Esconder isto e andar aqui com paliativos, dizerem que a lei é da nossa responsabilidade, não é verdade e nem nunca isso aconteceu. Tal como não há trabalhadores da MoveAveiro sem qualquer tarefa, tal como não é verdade que os preços aumentaram. Os preços não aumentaram, aliás, os preços reduziram no tarifário. No memorando de entendimento que está a funcionar desde um de outubro há, por vezes, correções a fazer desde que as pessoas nos contactem, estamos sensíveis a melhorar as linhas e procurar fazer essas correções. O problema do despedimento coletivo de nove agentes únicos. É verdade que, desde agosto de dois mil e doze, foram mantidos contactos com os referidos funcionários, quer em grupo, quer com o sindicato que os representa. Nós estávamos a falar de dezassete agentes únicos, de dezassete motoristas. Como é sabido foi possível chegar a um acordo com quase metade destes trabalhadores para a rescisão do respectivo contrato de trabalho, sendo que um número muito significativo se encontra a trabalhar para os operadores privados. Foram para lá trabalhar porque entenderam que era melhor prosseguirem com as suas actividades e, portanto, continuar a trabalhar. Foram nove os atingidos porque os restantes celebraram contratos de rescisão voluntária com a empresa. Aproveito para informar que estamos a falar de nove trabalhadores num total de setenta, sem vínculo e que integram a MoveAveiro. Na MoveAveiro existem, ainda, mais sessenta e oito trabalhadores com vínculo. No memorando de entendimento que se estabeleceu com o operador privado este ficou de dar preferência aos ex-motoristas da MoveAveiro, o que,*

*realmente, cumpriu. Este operador disse, em Agosto, que metia os dezassete agentes únicos. Em um de outubro começou a operar as linhas e os trabalhadores que quiseram ir para o operador privado, foram. Estes nove vêm agora dizer que admitiam ir. Agora, é evidente que o operador já meteu gente para as novas linhas, para as linhas em que esteve a trabalhar, e tem, nesta altura, dificuldade em fazê-lo. Não há ilegalidades absolutamente nenhuma neste procedimento. Encontra-se a decorrer o processo de despedimento coletivo de nove funcionários da MoveAveiro e, por comunicação de treze de fevereiro, da Direção-Geral de Emprego e das Relações de Trabalho, do Ministério da Economia e do Emprego, até à presente data não se vislumbra qualquer irregularidade da instrução substantiva e procedimental do despedimento coletivo promovido pela MoveAveiro. Nós não estamos aqui para cometer ilegalidades, nem para fazer nenhuma ilegalidade, porque não andamos aqui para enganar ninguém. A Lei 50/2012 é clara e nós não teremos outra solução levar a uma eventual concessão sob a forma de concurso público, as várias áreas de negócio da empresa. Esses processos estão a ser preparados, vão a reunião de Câmara, e são para andar. Muito recentemente o STAL fez, a nível nacional, uma movimentação junto das câmaras que têm empresas municipais, e também fizeram a movimentação aqui em Aveiro e nós recebemo-los. E o objetivo é só um. Tentar na Assembleia da República extinguir essa lei, que essa lei acabe, que a Lei 50/2012 acabe. Esta lei não é da autoria da Câmara, não foi a Câmara que fez a lei, nem nos perguntaram se concordávamos com essa lei. Os índices são claros e decretam a extinção da MoveAveiro. Dos quatro índices que tem de respeitar, três acertam em cheio na MoveAveiro e não há volta a dar em relação a essa matéria. Esconder isso, a nós, politicamente, dava muito jeito... e não fazer-mos nada. Se andássemos preocupados com as eleições não fazíamos nada, tínhamos esse processo parado. Mas isso não é sério e não estamos minimamente preocupados com as eleições. Outro aspecto que eu gostaria de dizer. Em termos de quilómetros percorridos nós tivemos uma descida de cinquenta e seis ponto cinco por cento de quilómetros percorridos. Nós percorríamos duzentos e quarenta e dois mil quilómetros, neste momento estamos a fazer cento e cinco mil quilómetros. Isto é, realizámos cerca de menos de quarenta e cinco mil quilómetros por mês. Necessitamos diariamente de menos treze viaturas, de trinta e uma para dezoito, descida de quarenta e dois por cento do número de viaturas necessárias. Necessitamos diariamente de dezassete turnos, de cinquenta e cinco para trinta e oito, descida de trinta e um por cento do número de turnos necessários para a realização diária da operação. Há sempre descontentamentos, há um ou outro descontentamento. Mas não deixa de ser curioso aquilo que ouvi aqui “porque é que não compram fardamentos novos para a MoveAveiro”? Acho que sim, que devíamos comprar, só que há aqui uma realidade. A MoveAveiro não tem outra solução que não seja a sua extinção, não temos outra forma de o fazer. Só se formos contra a lei, só se não respeitarmos a lei. Isto para nós não é, rigorosamente, nada agradável cumprir esta lei. Nem a fizemos e nem nos perguntaram se concordávamos com ela, tão pouco.*

*Plano Director Municipal. O Decreto-Regulamentar 11/2009 de vinte e nove de maio veio estabelecer os critérios, classificação e reclassificação, e as categorias de classificação do solo urbano e rural. Estes critérios aplicam-se aos procedimentos de elaboração, alteração e revisão dos planos. Foi aqui dito que se constrói num lado, constrói-se noutro e constrói-se noutro. Isso não é assim. Resulta destes instrumentos de orientação e informação que os planos municipais de ordenamento do território e a reclassificação do solo rural como solo urbano só muito excepcionalmente será admitida, sendo um dos objetivos impedir o aumento de perímetros urbanos. O que é que isto quer dizer? Não se pode construir onde cada um quer e de qualquer uma das formas. Essa questão nem tão pouco se põe.*

*Outro aspecto que gostaria de referir e que aqui foi levantado foi em relação às árvores da Avenida 25 de Abril, substituir todas.*

*Caro Presidente. As árvores da Avenida 25 de Abril são um problema, são choupos, são espécies perfeitamente desadequadas e esse serviço precisava de ser feito. Não pode ser feito*

*de uma vez se não aparecem a dizer que andamos a abater árvores. O que nós estamos a fazer é, em relação a árvores que estejam com problemas, árvores que estejam a dar sinal de não estarem bem, proceder à substituição dessas árvores. Isso, realmente, estamos a fazer. AveiroExpo, programação lúdica. Creio que temos um bom cartaz, creio que vamos ter um bom cartaz, mas estamos um pouco preocupados com este aspecto das diversões. Estamos a ver se conseguimos resolver este braço-de-ferro. A ideia era fazermos uma grande Feira de Março, com um bom cartaz, mas não sabemos o problema das diversões que ainda não está bem definido. Neste momento o que eu tinha, mais ou menos, para dizer era isto.”*

Vereador Pedro Ferreira:[057](#)

*“Filipe Guerra, em relação à questão da valorização do património, a mesma foi feita há algum tempo em relação àquilo que era o inventário inicial, através, não só do metro do mercado, mas também do custo de obra, portanto, foram esses os critérios adotados na altura e que têm sido seguidos ao longo do tempo. Em relação às receitas e a questão da redução da dívida. É preciso ter noção de que aquilo que aparece em termos de balanço é um continuar no tempo, em relação à questão da dívida. Em relação às receitas tem a ver com um apanhado desde o início do ano. São duas realidades que não são exatamente comparáveis.*

*O Sr. Deputado Barbosa não está presente, mas de qualquer forma dar a indicação, se alguém lha puder transmitir, que poderá assistir à apresentação da BTL (Bolsa de Turismo de Lisboa) através de uma aplicação, no computador. Poderá fazê-lo, se quiser, terá menos custos para o erário público, e com uma melhor qualidade já que às vezes, ao longe, na televisão, vê-se melhor que ao vivo.*

*Sr. Deputado Fernando Marques, em relação à delegação de competências na área da educação foram delegadas as competências que em nós estão delegadas e que as juntas aceitaram. Apenas e só essas, até por causa da questão dos fundos disponíveis.*

*Dra. Elisabete, em relação ao Aveiro Empreendedor, de facto, é um projeto que foi pensado, foi estruturado, está a ser executado e está a começar a dar frutos. É um projeto que muito nos agrada, esperemos que tenha continuação nos próximos anos porque pensamos que irá trazer alguma diferenciação da nossa comunidade em relação aos restantes municípios.*

*Em relação aos valores em dívida e à redução não ser muito expressiva, para o Partido Socialista, aquilo que foi feito, em termos de planos de pagamentos, estão referenciados como dívida que passou para médio e longo prazo, como é óbvio. A redução tem sido feita, essencialmente, através de pagamentos da dívida bancária, mas também de vários planos de pagamentos, não só de médio e longo prazo, mas também de curto prazo. Essa redução deve-se, efetivamente, por estarmos a reduzir dívida e também algumas situações, em termos contabilísticos, que terei o prazer de explicar aquando da apresentação de contas. Quanto ao termos mais despesa corrente do que receita corrente, isso não é correcto. Nós temos mais recente corrente do que despesa. Aliás, estamos a usar muito da receita corrente para amortizar, não só dívida mas também para alavancar os investimentos ao nível do QREN, com capital próprio. Mas isso será verificado rapidamente quando tivermos a percepção de conta. Quanto ao IMI, aquilo que fizemos, como repararam, foi mantermos a taxa no mínimo, era uma prerrogativa que tínhamos. Os aumentos acontecem naturalmente e eu sou, infelizmente, um exemplo disso, porque este ano acabou a isenção e vou ter que pagar o IMI. Isso é algo lógico, nós sabemos, e temos esse apanhado feito.*

*Em relação ao índice das cidades inteligentes, para nós, é um orgulho estar nesse índice. É um risco que as cidades, penso eu, terão de correr no futuro, pormo-nos à prova e pormo-nos em rankings em matérias que são complicadas e que são a avaliação em termos de governação, em termos de energia, onde temos um resultado menos positivo. Esse risco compensa e agradecer, de facto, essa referência.*

*Quanto à questão da Carta Educativa, Dr. Marques Pereira. Vou tentar ver se me desconfinho a mim e a si. A revisão da Carta Educativa é uma coisa o protocolo dos*

*agrupamentos é outra. Vamos começar pelo protocolo com os Agrupamentos que vem do tempo da Dra. Marília, são protocolos anuais de gestão, que são, normalmente, propostos entre janeiro e abril para o ano civil. Estes protocolos começaram, de facto, com a Dra. Marília e têm sido reforçados ao longo do tempo. Nós acreditamos na autonomia das escolas. Uma coisa não tem a ver com a outra, como reparará. Em relação à revisão da Carta Educativa, este foi o timing escolhido. Falou muito bem na questão do Censos e há muitas questões pertinentes para a Carta Educativa mas que, neste momento, ainda não estão apuradas, em termos de censos. Houve outra condicionante que tem a ver com a questão da inclusão com o segundo e terceiro ciclo e também do secundário. Era algo que não estava na Carta Educativa inicial e nós fizemos essa avaliação. Achamos que é importante o ensino obrigatório estar todo e não apenas aquilo que está delegado na Câmara. Houve vários acertos que foram feitos e também gostava que desse relevância aos pressupostos que foram postos para essa revisão e que são importantíssimos, nomeadamente a priorização ao ensino profissional, que eu acho que será importante para os próximos anos, e que poderão ser fruto de sucesso em Aveiro como têm sido até agora.*

*A questão das medidas eleitoralistas levantadas pelo Dr. Pires da Rosa. A terem essa percepção deveriam tê-la tido há mais tempo. Nós apresentámos um orçamento onde eram expressas algumas medidas, nomeadamente, as pavimentações. Foi dito publicamente, os timings são definidos e são apresentados em tempo. Se estamos a cumprir e se isso é uma medida eleitoralista, é uma análise que é feita, mas infelizmente parece-me que há alguma inconformidade com os timings que são definidos. Parece-me que as estradas precisam pavimentadas, como alguém disse há pouco, há muitos buracos. Há uma tendência natural, como disse o Eng. Carlos Santos, para os buracos serem nas freguesias que o Partido Socialista gere. É um problema dos buracos, aparecem sempre no mesmo ano.*

*A questão do euro para arrecadar, eu percebi o que quis dizer, mas para o Município de Aveiro posso-lhe dizer que para nós recebermos os impostos é-nos cobrado, pelas Finanças, cinco por cento. Isso seria um dos motivos para perceber do que é que estamos a falar. Eu penso que está a falar da prestação de contas e nós, daqui a dois meses, iremos avaliá-lo e aí já poderá, de facto, avaliar com profundidade.*

*Em relação à Ponte entre a Baixa de Sto. António e o Parque Infante D. Pedro, é público. Já o transmiti nalguns fóruns de que a questão do firme estava um bocadinho mais abaixo do que estava previsto, em termos de obra. E isso obriga a uma alteração do cronograma. Desceu um bocadinho, de vinte para trinta metros.*

*Em relação à escola da Glória e da Vera Cruz, que foi colocada pelo Carlos Barros. Em relação à escola da Glória é uma questão similar, a questão da fundação. Optou-se por um modelo diferente. A empresa já está em obra e está a executar, se passar lá amanhã irá, com certeza, ver muitas pessoas a trabalhar. A questão da Vera Cruz, o Sr. Presidente disse-o logo no início, é um processo que tem sido muito trabalhoso em termos burocráticos para a requalificação de uma escola que eu acho que é importantíssima, no centro de Aveiro.*

*A questão da Mário Sacramento colocada pelo Prof. Manuel Coimbra. Nós fizemos diligências junto da Secretaria de Estado, junto da Parque Escolar. Tivemos uma reunião aqui em Aveiro com o director da zona Norte e Centro da Parque Escolar que nos informou que a obra reiniciaria entre Abril e Junho deste ano.”*

#### **Presidente da Câmara:**<sup>058</sup>

*“Avenida Dr. Lourenço Peixinho. Está marcada para a reunião de Câmara do mês que vem a apresentação formal, em reunião de Câmara, por parte da equipa, do estudo final para que o Executivo possa analisar e definir o caminho que devemos trilhar em relação a esse processo. Quanto aos arranjos viários, não é para arranjar, é para resolver muitas situações graves que existem.*

*Quanto à ideia de que em Aveiro se constrói, se constrói, e depois o PDM vem limpar essas situações, como sabe, não pode ser assim, não é assim. Não há rigorosamente nada que seja aprovado em termos de município que não cumpra rigorosamente o PDM, até porque as consequências são muito gravosas. É processo-crime e é perda de mandato para qualquer incumprimento que exista. Venha o que vier corrigir a seguir, desde que o erro tenha sido cometido, já não há forma de o sanar.*

*Quanto ao saneamento nas Agrads. Nós garantimos na empreitada o essencial, isto é: - todas as infraestruturas necessárias e que interferem naquela empreitada e que tem a ver com o saneamento todas elas foram colocadas nessa empreitada. Quanto ao resto do saneamento não tenho neste momento informação disponível, mas irei procurá-la.*

*Porquê sete anos para resolver a Rodimo? Pelas razões que na introdução, muito bem, aduziu o Bloco de Esquerda. No fundo é: — ficámos de dar um terreno que era impossível de arranjar. Se é impossível arranjar um terreno percebe-se porquê sete anos para resolver. E porquê só agora? Porque sem uma alternativa em termos de local, ficaríamos na rua, no meio da rua. Naturalmente não seria o local mais indicado. Surgiu agora a alternativa e permitiu podermos tomar esta decisão.*

*Porto abrigo de Pesca. Foi aprovado pelo PROMAR, assinei o contrato esta semana. Foi aberto o concurso para ir a reunião de Câmara. Está todo o processo concluído, na contratação, para sair e ser publicado no Jornal Oficial da União Europeia, para que o processo possa avançar.*

*Quanto ao Hotel. Se não avançasse a construção o terreno revertia para a Câmara, devolvendo a Câmara, ressarcindo ao particular, todo o dinheiro que recebeu. Ainda não houve condições para proceder à devolução desse dinheiro.*

*Quanto ao novo acesso à Unidade de Tratamento mecânico-Biológico. Depois da definição do traçado que como sabem foi um processo moroso, a negociação das cento e vinte e oito parcelas, a questão da RAN e da REN, como o Sr. Secretário de Estado conhece aquele lugar e a freguesia de N. Sra. de Fátima, também teve que emitir parecer sobre isto, enfim...!*

*Uma parte, cerca de sessenta por cento do que é toda essa via que vai surgir, já está construída. E estamos agora na parte final, faltarão cerca de mil e cem metros para concluir toda essa nova via. Penso que já no final do ano passado eles iniciaram este arranjar para esse espaço, fizeram o que puderam fazer dada a situação de chuva que tem acontecido, fizeram a rotunda, estão agora a aguardar mas esperamos que rapidamente o tempo possa melhorar para que eles arranquem e possam concluir essa obra que é fundamental e é urgente que esteja concluída.*

*Quanto à Pista de Remo. Penso que foi o Dr. Picado que colocou. Brincando também um bocadinho, nós não podíamos fazer tudo. Então é que era um eleitoralismo exacerbado, era demasiado. Fica alguma coisinha assim de lado para ser feito. Mas quero-lhe dizer que não perdemos esse sonho. Não o perdemos, continuamos com ele, temos tido na Junta um parceiro inestimável e persistente também. Ainda há pouco tempo ao ler o livro “Olímpicos de Aveiro” que foi agora recentemente publicado pelo Clube dos Galitos emocionou-me, e penso que todos nos iremos emocionar ao ler, na parte em que refere aquela que foi a maior manifestação que terá ocorrido em Aveiro, que foi em prol da construção da Pista de Remo.*

*O que está ali em causa, como sabem, não é só a pista. Mas é outro elemento ainda mais importante até do que a própria pista que é a protecção da água salgada de toda aquela zona. O sonho persiste, os contactos têm continuado, não somos nós, nem a Junta de Freguesia a desistir, essa palavra não existe no nosso dicionário.*

*Vamos procurar criar condições para que quem venha a seguir para a Câmara possa ter o processo mais adiantado e que possa concretizar esse sonho antigo de todos os aveirenses.*

*Quanto à nova Estrutura Orgânica. De referir o espaço de tempo que mediou entre uma primeira aprovação feita aqui na Assembleia Municipal penso que em dois mil e onze, e a*



concretização, na prática, deste processo. Nós aprovámos, na altura, dividir, naturalmente entre aspas, sectorizar o município em cinco departamentos e trinta e uma divisões.

Parecia-nos a nós, pelo conhecimento que tínhamos da realidade municipal, que seria uma boa divisão dos serviços, que seria funcional.

Pouco tempo depois dessa aprovação ocorreram as eleições para a Assembleia da República. Pouco tempo depois disso começam os anúncios de alterações profundas que o atual Governo se propõe fazer também nesta área. Pareceu-nos a nós que era cauteloso, que era sensato, em vez de avançarmos logo para o terreno com a implementação do que tínhamos aprovado aqui na Assembleia, aguardarmos por aquilo que fosse essa produção legislativa que o Governo iria fazer, para ver se aquilo que foi aprovado correspondia ou não.

De facto, veio a verificar-se que aquilo que foi aprovado, a lei que foi aprovada e que nos obriga a que nos regeremos por ela, é muito diferente do que tínhamos. Nós na altura, como vos disse, tínhamos apontado para cinco departamentos e trinta e uma divisões, aquilo que vai ser concretizado, já em termos finais, que é um processo que tem tido continuidade, são três departamentos e catorze divisões.

O que significa que esta cautela que tivemos e esta prudência que tivemos fez todo o sentido porque assim apenas fizemos uma alteração aquilo que tinha sido aprovado aqui. Alteração já feita depois da publicação da lei. Quanto à afirmação que faltam dois dias e que no dia de ontem não se sabia de nada na câmara, dizer-vos que no dia de ontem já todos os directores, todos os que ficam e quem não fica, sabiam, porque ontem, ou antes ontem, tivemos uma reunião conjunta com todos os directores a quem colocámos essas questões.

Por último, a questão da Rodimo. Já foi aqui referido como é que nós podíamos dar um terreno que não conseguíamos! Como é que íamos sair se não tínhamos um espaço para sair. Ficou aqui a ideia de que, anular a decisão que tomámos seria uma proposta, que veio do líder da bancada do Partido Socialista. Na nossa perspectiva, representa todos os meses “uma dor de dentes” que eram, agora são, vinte e um mil euros — porque depois com a atualização vai sempre aumentando. Isto parece pouco dinheiro, mas ao fim de um ano é um quarto milhão e ao fim de quatro anos é um milhão, e se isto não se resolve o processo vai-se prolongar.

Aquilo que na minha perspectiva esteve mal neste processo, não vou ao conteúdo do documento que foi aprovado, o documento foi aprovado em reunião de Câmara, foi aprovado em Assembleia Municipal, o documento era claríssimo quanto às obrigações que as partes assumiam no processo. O que está mal no processo (e não é o único caso, temos o caso Figueiredo Dias que foi exactamente cópia deste, da SIMRia que foi parecido com este), o único problema é que quando chega a altura da Câmara cumprir aquilo que aqui deliberou, comete o maior erro de todos que é: “não temos nada que pagar”. E leva a outra parte, legitimamente, a recorrer ao Tribunal.

A partir do momento em que o Tribunal decide, dá a sentença, que tem de pagar, a partir desse momento acabou. E, para clarificar, isso aconteceu antes de nós entrarmos na Câmara. Quando entrámos já havia a sentença sido tomada. Nós chegamos à Câmara e temos que cumprir a sentença. Do outro lado, a partir desse momento, deixou de haver diálogo, deixa de haver negociação, passa a haver um monólogo. A outra parte, do outro lado, tem uma sentença ao lado dela que diz: “paguem”. Chegou a acontecer termos marcado reuniões para tentar renunciar e a outra parte dizer que: “nós não vamos porque vocês têm três dias de atraso no pagamento e nós só vamos quando vocês tiverem o pagamento em dia.”

Chegou-se a esta chantagem. Porquê? Porque deixámos resvalar o processo para uma situação já sem recuo, que é uma sentença do Tribunal. E aqui é que está o mal.

Havendo uma sentença do Tribunal em que estamos condenados, quando nos sentamos com alguém a negociar não há negociação.

Gostava de ver um dia um de vós a negociar com alguém, qualquer coisa, e que a outra parte tivesse na mão uma sentença do Tribunal a condenar-vos. Nessa altura vão perceber que não

*há espaço nenhum para dialogar rigorosamente nada e muito mais quando falamos aqui de uma indemnização.*

*Certamente que eu percebo e é legítimo que qualquer um de nós no lugar da outra parte, que se está a receber vinte e um mil euros todos os meses, não se sentirá naturalmente mal. O problema é que quando nós fugimos aos nossos deveres depois o resultado final é sempre mau. É mau para todos. Acho que ninguém ganha nada com isto. Obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[059](#)

*“Sobre a MoveAveiro eu gostava de referir uma coisa para não haver dúvidas. Os seis trabalhadores que passaram para a UrbAveiro estão a receber menos cem euros por mês, em média. Aliás, a trabalhar mais horas também. Quando o Vereador Carlos Santos disse que os trabalhadores iam ser todos transferidos esqueceu-se de mencionar esse pequeno pormenor salarial. Iam ser transferidos com menos dinheiro. E não eram todos, não chegaram a ser todos e não tiveram essa opção. E sobre leis, já que hoje está tão legalista, aconselho-o a ler dos artigos duzentos e oitenta e cinco ao duzentos e oitenta e sete do código de trabalho e também o duzentos e noventa e um: “os trabalhadores, quando é alterada a sua entidade patronal, quando há uma cedência, não devem perder nenhum direito, nem sequer a antiguidade”. Aquilo que o Vereador Carlos Santos fez com a MoveAveiro foi um joguinho para prejudicar os trabalhadores e beneficiar a Transdev. E isso foi uma opção política sua e errada. Ponto. É só isso.”*

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[060](#)

*“Sr. Presidente da Câmara, nós concordamos parcialmente com aquilo que disse. Mas há duas questões que são uma interpretação sua e só sua.*

*A primeira é a que não há um terreno! E está provado que foram apresentados pelo menos três terrenos que obedecem às condições — o proprietário é que não aceitou.*

*Fábrica da Pinheira é uma opção ou não é uma opção. Cumpre os requisitos do contrato ou não cumpre os requisitos do contrato. Cumpre. O proprietário é que não quis — e houve mais três. O Sr. Presidente diz uma coisa que não é verdade.*

*Há terrenos em Aveiro, houve desde sempre, que cumpriam aqueles requisitos. Segunda questão que o Sr. Presidente diz, e que é uma contradição com a vossa atitude. Se ao chegar à Câmara tinha já uma sentença e percebeu que do outro lado não havia diálogo, que havia um monólogo porque a pessoa agarrava-se a essa sentença, por que razão é que demorou sete anos a tomar esta decisão? Se chegou à Câmara e já não havia nada a fazer porque é que andou a pagar durante este tempo todo? Porque é que há sete anos não tomou a decisão que tomou a semana passada.”*

**Não havendo mais intervenções, o presidente da Mesa deu por encerrada[061](#) a primeira reunião da Sessão Ordinária de Fevereiro, informando que a próxima reunião será no dia 06 de março (4.ª feira) pelas 20:00 horas.**

**Eram 01:00 horas do dia 28 de Fevereiro de 2013.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(4:30)